

2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão
Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Índice

Nota Introdutória	5
Enquadramento.....	7
1. Organização Municipal e Sistema Organizativo	8
1.1. Estrutura Política	8
1.2. Estrutura Orgânica	10
1.3. Recursos Humanos	11
1.3.1. Estrutura de Recursos	11
1.3.2. Análise Financeira.....	12
2. Relato Orçamental e Financeiro.....	14
2.1. Análise Orçamental	14
2.1.1. Orçamento.....	14
2.1.2. Equilíbrio Orçamental.....	15
2.1.3. Receita Orçamental	16
2.1.4. Despesa Orçamental	17
2.1.5. Execução do Plano Plurianual de Investimento	18
2.1.6. Indicadores Orçamentais.....	19
2.1.7. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)	19
2.2. Análise Económico – Financeira	21
2.2.1. Análise ao Balanço.....	21
2.2.2. Análise à Demonstração de Resultados	23
2.2.3. Indicadores Económico – Financeiros	24
2.2.4. Prazo Médio de Pagamentos.....	24
2.2.5. Endividamento Municipal.....	25
3. Transferência de Competências	27
3.1. Área da Educação	27
3.2. Área da Ação Social	30
4. Acontecimentos Após a Data de Relato	32
5. Proposta de Aplicação de Resultados	32
6. Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras	33
6.1. Balanço	33
6.2. Demonstração de Resultados.....	34
6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	35
6.4. Demonstração de Alterações ao Património Líquido.....	36

7.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	37
7.1.	Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	37
7.2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	37
7.3.	Órgãos de Gestão	37
7.4.	Recursos Humanos	37
7.5.	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	37
7.6.	Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	38
7.6.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	38
7.6.2.	Principais Políticas Contabilísticas	38
7.6.2.1.	Ativos fixos tangíveis	39
7.6.2.2.	Propriedades de investimento	40
7.6.2.3.	Ativos fixos intangíveis	40
7.6.2.4.	Acordos de concessão de serviços: Concedente	41
7.6.2.5.	Locações	42
7.6.2.6.	Participações financeiras.....	43
7.6.2.7.	Imparidade de ativos.....	44
7.6.2.8.	Inventários.....	44
7.6.2.9.	Instrumentos financeiros	45
7.6.2.10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	47
7.6.2.11.	Regime do acréscimo	47
7.6.2.12.	Julgamentos e estimativas	49
7.6.2.13.	Principais pressupostos relativos ao futuro	49
7.6.2.14.	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.....	50
7.7.	Notas às Demonstrações Financeiras.....	51
	Nota 3 – Ativos intangíveis.....	51
	Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	53
	Nota 5 – Ativos fixos intangíveis.....	54
	Nota 6 – Locações.....	58
	Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos.....	58
	Nota 8 – Propriedades de investimento	61
	Nota 9 – Imparidades de ativos.....	62
	Nota 10 – Inventários	62
	Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação.....	64

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	65
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	66
Nota 18 – Instrumentos financeiros.....	67
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	70
7.8. Outras Divulgações.....	70
Nota 21 – Rendimentos e ganhos	70
Nota 22 – Gastos e perdas	71
Nota 23 – Gastos com pessoal	71
Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos.....	72
Nota 26 – Depreciações	73
Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos	74
Nota 29 – Diferimentos	75
Nota 30 – Alterações do património líquido	75
8. Contabilidade de Gestão	77
9. Anexo às Demonstrações Orçamentais.....	78
9.1. DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental	78
9.2. DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa	79
9.3. DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita	79
9.4. DTAS – Dívidas a Terceiros Pro Antiguidade de Saldos	80
9.5. DEPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	80
9.6. Operações de Tesouraria	81

Nota Introdutória

Por força da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas do registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com o ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Neste documento abordam-se os aspetos determinantes da estrutura organizativa da autarquia, quer ao nível político quer ao nível dos recursos humanos. É apresentada uma análise da situação contabilística do Município de Avis a 31 de dezembro de 2022, centrada nas vertentes “orçamental” e “financeira”, reportando os níveis de endividamento e equilíbrio orçamental.

Dos conteúdos tratados destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2022 e o inerente reflexo na situação financeira do Município.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo.

Os documentos apresentados, enquanto instrumentos importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação, tanto no domínio orçamental, como no económico e no financeiro, constituem um apoio essencial à gestão autárquica.

Independentemente dos desafios respeitantes a projetos que temos para desenvolver na área do município importa entender que, nos últimos 2 anos, as ações do executivo municipal estiveram focadas no surto do coronavírus SARS-CoV-2 Covid-19 que originou a doença Covid-19 e que foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, afetando também Portugal, onde foi declarado o primeiro Estado de Emergência, em 18 de março de 2020.

Apesar das situações adversas ao município, voltamos a expressar que vamos continuar a procurar garantir aos munícipes, uma gestão rigorosa e eficiente dos meios disponíveis, privilegiando a transparência na gestão do erário público para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento integrado de todo o concelho.

Enquadramento

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Avis, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2022.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas).

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo, no 2º ano de implantação do novo normativo o Município de Avis dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2022.

1. Organização Municipal e Sistema Organizativo

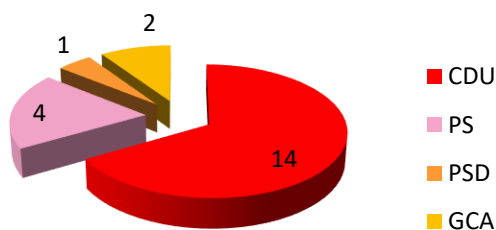
O sistema organizativo do Município de Avis é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz eminentemente político e outra de cariz técnico/administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes de cuja articulação decorre a atividade municipal.

1.1. Estrutura Política

A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 21 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente como membros da Assembleia Municipal e 6 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta de Freguesia.

Assembleia Municipal

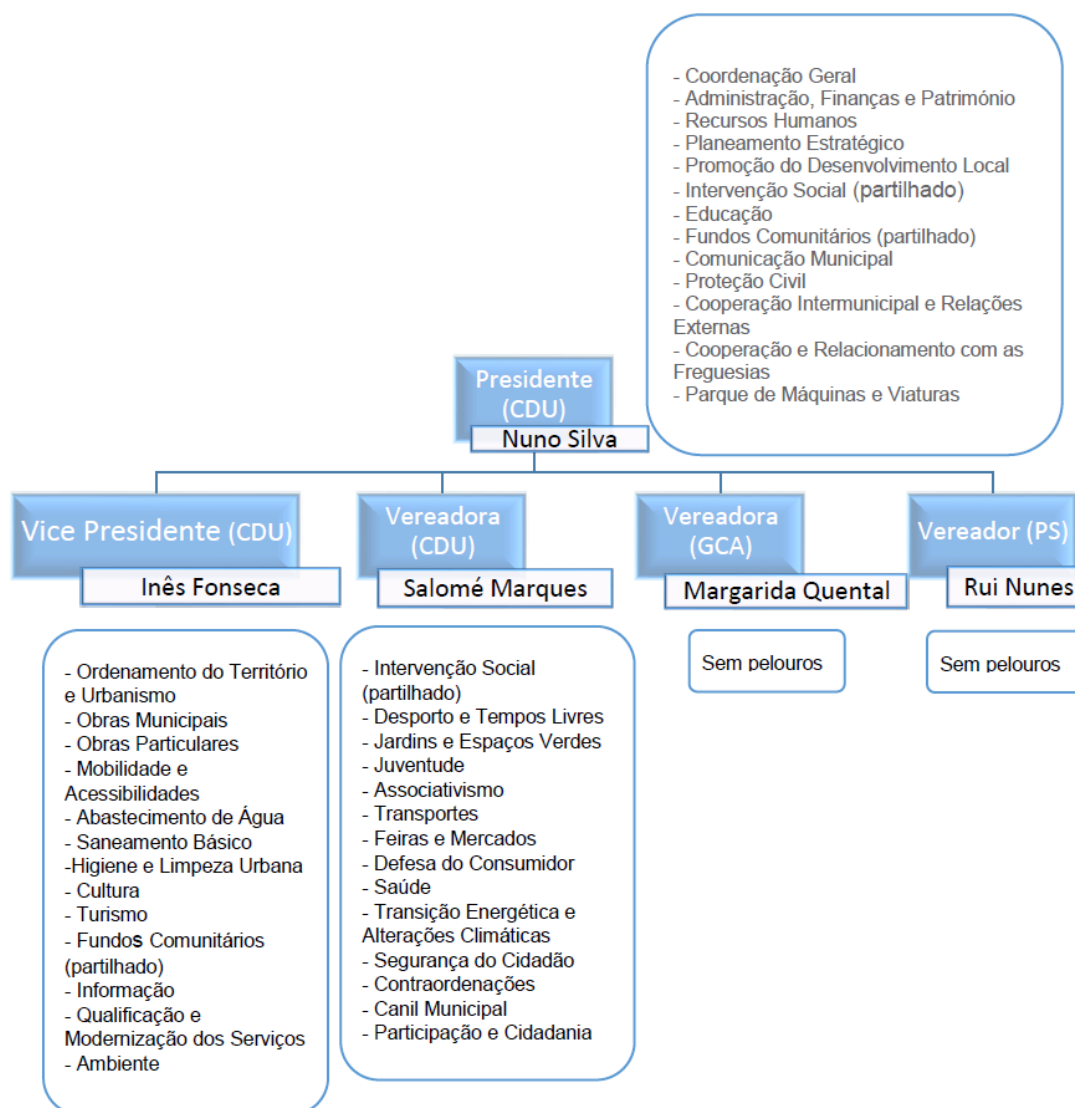


Assembleia Municipal Mandato 16/10/2021 - 2025

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores, a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecida, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Cabe à Câmara Municipal a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a prossecução dos objetivos, programas/atividades e ações que materializam as políticas previamente definidas

Mandato 2021 (16/10/2021) – 2025



1.2. Estrutura Orgânica

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e n.º 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Avis, na sua sessão ordinária de 26/04/2013, na sequência de proposta da Câmara Municipal de Avis, aprovada na sua reunião extraordinária de 17/04/2013, aprovou o modelo de estrutura orgânica, publicada no Diário da República, 2ª Série, n.º 112 de 12 de junho de 2013, pelo Despacho n.º 7591/2013.

O modelo de estrutura orgânica rege-se nos seguintes termos:

1 – Modelo de Estrutura: Estrutura hierarquizada.

2 – Composição: Uma Unidade Orgânica Nuclear – (Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos), até três Unidades Orgânicas Flexíveis – (Divisão de Administração Geral, Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Turismo e Unidade de Desenvolvimento Económico, Qualidade e Ambiente), outras Unidades Orgânicas – (Gabinete Municipal de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, Gabinete de Informação e Comunicação e Gabinete de Apoio Jurídico) e uma Subunidade Orgânica.

A estrutura orgânica em vigor é representada pelo seguinte organograma:



1.3. Recursos Humanos

1.3.1. Estrutura de Recursos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 9/12/2021 e em sessão da Assembleia Municipal de 17/12/2021, o mapa de pessoal para o ano de 2022. O mesmo foi posteriormente alterado em reunião de Câmara de 22/06/2022 e em sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2022.

No decorrer do ano 2022 foi iniciado procedimento concursal comum com o objetivo de contratação, por tempo indeterminado de 3 Técnicos Superiores, 1 Fiscal Municipal, 2 Assistentes Técnicos e 5 Assistentes Operacionais e, procedimento de mobilidade interna para 1 Assistente Técnico.

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2022, totaliza 207 discriminados da seguinte forma:

- 1 - Dirigentes intermédios
- 42 - Técnicos superiores
- 34 - Assistentes técnicos
- 96 - Assistentes operacionais
- 4 – Informáticos

Por força da descentralização de competências na área da educação:

- 5 – Assistentes Técnicos
- 25 – Assistentes Operacionais

A distribuição por carreiras / categorias e escolaridade é a seguinte:

Carreiras / Categorias	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	1	0	1
Técnico Superior	12	30	42
Informática	4	0	4
Assistente Técnico	16	23	39
Assistente Operacional	76	45	121
Total	109	98	207

Elaboração Própria Fonte: DGAL

	Dirigente		Técnico Superior		Informática		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total	
Nível de escolaridade	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Menos 4 anos												
4 anos							1		15	2	16	2
6 anos							1	1	19	4	20	5
9 anos					1		2		23	18	26	18
11 anos								1			0	1
12 anos					2		10	17	17	21	29	38
Bacharelato			1	1							1	1
Licenciatura	1		9	24	1		2	3	2		15	27
Mestrado			2	4				1			2	5
Doutoramento				1							0	1
Total	1	0	12	30	4	0	16	23	76	45	109	98

Elaboração Própria Fonte: DGAL

1.3.2. Análise Financeira

Em 2022 a despesa global com recursos humanos ascendeu a 4.095.568,67€, ou seja, 53% da despesa corrente e 41% da despesa global.



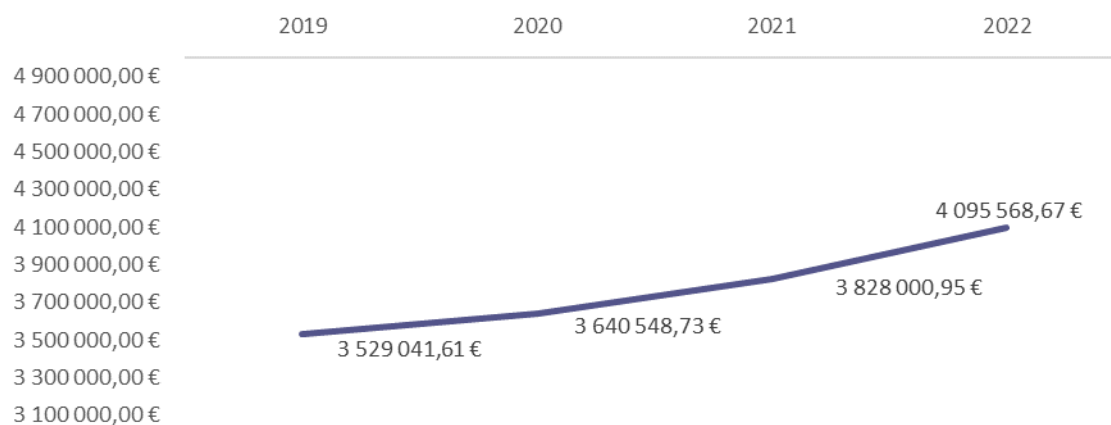
A despesa com pessoal divide-se em três grandes agregados, representando no ano 2022, as remunerações certas e permanentes 74% do valor total, seguindo-se os encargos sociais, com 23% e os abonos variáveis com 3%.

Apresentam-se em termos de comparação com 2019, 2020, e 2021, os valores assumidos pelos principais agregados com as Despesas com Pessoal no ano 2022.

DESPESAS COM PESSOAL	2019	2020	2021	2022
Remunerações Certas e Permanentes	2 678 039,60 €	2 768 077,97 €	2 867 524,13 €	3 035 893,52 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	126 560,14 €	81 658,70 €	100 238,10 €	138 023,03 €
Segurança Social	724 441,87 €	790 812,06 €	860 238,72 €	921 652,12 €
Total	3 529 041,61 €	3 640 548,73 €	3 828 000,95 €	4 095 568,67 €

As despesas com pessoal tiveram assim a evolução apresentada no seguinte quadro e representação gráfica.

Evolução das Despesas com Pessoal



O aumento de despesas com pessoal verificado em 2022, resulta essencialmente por força da descentralização de competências na área da educação, que se apresenta no quadro baixo:

Despesas com Pessoal Descentralização - Educação	2022
Remunerações Certas e Permanentes	267 818,31 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	534,93 €
Segurança Social	62 928,67 €
Total	331 281,91 €

2. Relato Orçamental e Financeiro

2.1. Análise Orçamental

2.1.1. Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2022, foram preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovados pelo órgão executivo em 9 de dezembro de 2021 e pelo órgão deliberativo a 17 de dezembro de 2021. Apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 13.442.778€.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2022.

Rubrica	DOREC Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %	Rubrica	DODES Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau Exec. %	Estrutura %
R1	Impostos Diretos	645 710,00 €	645 563,71 €	100%	6%	D1	Despesas com o pessoal	4 250 279,37 €	4 095 568,67 €	96%	41%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	80 871,00 €	66 494,75 €	82%	0,34%	D2	Aquisição de bens e serviços	3 577 235,37 €	2 927 149,44 €	82%	29%
R4	Rendimentos de propriedade	374 480,00 €	288 574,89 €	77%	3%	D3	Juros e outros encargos	14 444,20 €	13 706,30 €	95%	0,14%
R5	Transferências e subsídios correntes	6 633 911,61 €	6 411 439,62 €	97%	57%	D4	Transferências e subsídios correntes	635 949,43 €	559 761,84 €	88%	6%
R6	Venda de bens e serviços	989 929,00 €	685 001,65 €	69%	6%	D5	Outras despesas correntes	107 710,32 €	98 792,61 €	92%	1%
R7	Outras receitas correntes	24 197,00 €	14 390,24 €	59%	0,13%	D6	Aquisição de bens de capital	3 988 061,31 €	1 919 336,98 €	48%	19%
R8	Venda de bens de investimento	111 200,00 €	68 995,87 €	62%	12%	D7	Transferências e subsídios de capital	203 190,00 €	154 004,70 €	76%	2%
R9	Transferências e subsídios de capital	2 438 031,24 €	1 325 014,34 €	54%	12%	D8	Outras despesas de capital	10 100,00 €		0%	0%
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	0%	0%	D10	Despesa com passivos financeiros	189 660,00 €	189 533,36 €	100%	2%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 200,00 €	9 007,81 €	45%	0,08%						
R14	Saldo da Gerência Anterior	1 658 100,15 €	1 658 100,15 €	100%							
Total		12 976 630,00 €	11 172 583,03 €	86%				12 976 630,00 €	9 957 853,90 €	77%	

Ao longo do ano 2022 realizaram-se 10 alterações permutativas e 3 alterações modificativas ao orçamento da despesa refletindo-se no Plano Plurianual de Investimentos 10 alterações permutativas e 2 alterações modificativas. No orçamento da receita foram efetuadas 3 alterações permutativas e 4 alterações modificativas. A alteração permutativa com mais impacto foi a incorporação do saldo orçamental da gerência anterior, no montante de 1.658.100,15€, aprovada pelo órgão executivo em 22/06/2022 e pelo órgão deliberativo em 30/06/2022.

Do confronto de receitas e despesas realizadas, apurou-se um saldo para a gerência seguinte de 1.260.153,16€, dos quais 1.214.729,13€ de operações orçamentais e 45.424,03€ de operações de tesouraria. Por alteração modificativa (revisão orçamental), foi incorporado o saldo orçamental da gerência do ano anterior no valor de 1.658.100,15€. E que foi integralmente afeto ao reforço de despesas correntes, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 40º do REFALEI será este o valor que contará para efeito de avaliação do equilíbrio orçamental. O saldo de gerência orçamental que transita para 2022 é de **1.214.729,13€**.

Da comparação das Receitas e Despesas globais constatamos que, em 2022, o valor das receitas cobradas (11.172.583,03€) foi superior ao das Despesas pagas (9.957.853,90€), gerando um saldo orçamental positivo de **1.214.729,13€**.

Em 2022, as Receitas Correntes (8.111.464,86€) superaram as Despesas Correntes (7.694.978,86€), gerando, assim, uma poupança corrente positiva de **416.486€**.

2.1.2. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Avis cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta acrescida da parte do saldo de gerência afeta a despesas correntes é superior à soma da despesa corrente com as amortizações médias de empréstimos no valor de **854.045,94€**.

Equilíbrio Orçamental 2022	
Receita Corrente Bruta Cobrada	8 170 614,44 €
Saldo de Gerência a)	573 400,00 €
Despesa Corrente Paga	7 694 978,86 €
Amortização Média dos Empréstimos	194 989,64 €
Excedente	854 045,94 €

a) nos termos do n.º 5 do artigo 40º da Lei 73/2013, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental a proporção do saldo de gerência que se destine a financiar despesa corrente

2.1.3. Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2022 atingiu 11.172.583,03€, (8.111.464,86€ de receitas correntes, 1.394.010,21€ de receita de capital, e 1.667.107,96€ de outras receitas onde se inclui o saldo de gerência anterior), retomando assim o limite imposto para o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Do total de 9.514.482,88€ da receita efetiva, 8.945.987,31€ tiveram origem em receitas próprias e 568.495,57€ em financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2021, em termos de receitas efetivas, verificou-se um crescimento relativo, traduzido em cerca de 31 mil euros.

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento (2022)					2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	
	Saldo de gerência anterior	1 381 906,91 €		276 193,24 €		57 578,72 €	2 269 443,75 €
	Operações orçamentais [1]	1 381 906,91 €		276 193,24 €			2 206 722,52 €
	Receita corrente	8 098 848,63 €		12 616,23 €			8 111 464,86 €
R1	Receita fiscal - Impostos diretos	645 563,71 €					652 507,65 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	66 494,75 €					41 059,54 €
R4	Rendimentos de propriedade	288 574,89 €					276 012,59 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 398 823,39 €		12 616,23 €			6 062 785,59 €
R6	Venda de bens e serviços	685 001,65 €					578 922,31 €
R7	Outras receitas correntes	14 390,24 €					15 835,34 €
R8	Venda de bens de investimento	68 995,87 €					85 229,02 €
R9	Transferências e subsídios de capital	769 135,00 €		555 879,34 €			1 840 153,92 €
R10	Outras receitas de capital						
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	9 007,81 €					4 864,09 €
	Receita efetiva [2]	8 945 987,31 €		568 495,57 €			9 514 482,88 €
	Receita não efetiva [3]						
R12	Receita com ativos financeiros						
R13	Receita com passivos financeiros						
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	10 327 894,22 €		844 688,81 €			11 172 583,03 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	10 327 894,22 €		844 688,81 €			11 172 583,03 €

Foi cobrado um total de 113.949,41€ relativo a receitas de anos anteriores e o valor por cobrar no final do período é de 392.196,49€.

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5) - (7)	(11)
	Receita corrente	8 749 098,61 €	192 039,97 €	8 189 637,82 €	109 476,16 €	8 170 614,44 €	60 149,58 €	59 149,58 €	107 595,28 €	8 003 869,58 €	8 111 464,86 €	160 736,77 €
R1	Receita fiscal	645 710,00 €		701 171,38 €	55 607,67 €	701 171,38 €	55 607,67 €	55 607,67 €		645 563,71 €	645 563,71 €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	80 871,00 €	5 137,23 €	69 819,32 €	673,15 €	66 958,93 €	464,18 €	464,18 €	1 132,28 €	65 362,47 €	66 494,75 €	7 788,65 €
R4	Rendimentos de propriedade	374 480,00 €	63 810,52 €	293 080,00 €	3 081,26 €	290 074,89 €	2 500,00 €	1 500,00 €	63 810,52 €	224 764,37 €	288 574,89 €	65 234,37 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 633 911,61 €	43 890,33 €	6 411 439,62 €	43 890,33 €	6 411 439,62 €				6 411 439,62 €	6 411 439,62 €	
R6	Venda de bens e serviços	989 929,00 €	79 178,53 €	699 614,71 €	6 101,20 €	686 456,83 €	1 455,18 €	1 455,18 €	42 652,48 €	642 349,17 €	685 001,65 €	87 690,39 €
R7	Outras receitas correntes	24 197,00 €	23,36 €	14 512,79 €	122,55 €	14 512,79 €	122,55 €	122,55 €		14 390,24 €	14 390,24 €	23,36 €
	Receita de capital	2 549 231,24 €	189 319,04 €	1 577 559,89 €	141 409,00 €	1 535 419,21 €	141 409,00 €	141 409,00 €	6 354,13 €	1 387 656,08 €	1 394 010,21 €	231 459,72 €
R8	Venda de bens de investimento	111 200,00 €	225,00 €	68 770,87 €		68 995,87 €			225,00 €	68 770,87 €	68 995,87 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	2 438 031,24 €	189 094,04 €	1 508 789,02 €	141 409,00 €	1 466 423,34 €	141 409,00 €	141 409,00 €	6 129,13 €	1 318 885,21 €	1 325 014,34 €	231 459,72 €
R91	Transferências de capital	2 438 031,24 €	189 094,04 €	1 508 789,02 €	141 409,00 €	1 466 423,34 €	141 409,00 €	141 409,00 €	6 129,13 €	1 318 885,21 €	1 325 014,34 €	231 459,72 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 200,00 €		9 007,81 €		9 007,81 €				9 007,81 €	9 007,81 €	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	1 658 100,15 €		1 658 100,15 €		1 658 100,15 €				1 658 100,15 €	1 658 100,15 €	
	Total:	12 976 630,00 €	381 359,01 €	11 434 305,67 €	250 885,16 €	11 373 141,61 €	201 558,58 €	200 558,58 €	113 949,41 €	11 058 633,62 €	11 172 583,03 €	392 196,49 €

2.1.4. Despesa Orçamental

Apesar da significativa disponibilidade financeira, o orçamento teve uma execução na despesa de 9.957.853,90€ o que representa uma execução de 75,27% das dotações. Em relação ao exercício de 2021 a despesa paga diminui 148.138,52€. O valor dos pagamentos efetuados foi, em 2021, de 10.105.992,42€.

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento (2022)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente	7 524 584,84 €		170 394,02 €			7 694 978,86 €	6 875 904,83 €
D1	Despesas com o pessoal	4 079 522,84 €		16 045,83 €			4 095 568,67 €	3 828 000,95 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 780 912,59 €		146 236,85 €			2 927 149,44 €	2 415 195,11 €
D3	Juros e outros encargos	13 706,30 €					13 706,30 €	16 235,42 €
D4	Transferências e subsídios correntes	559 761,84 €					559 761,84 €	526 213,88 €
D5	Outras despesas correntes	90 681,27 €		8 111,34 €			98 792,61 €	90 259,47 €
	Despesa de capital	1 694 170,73 €		379 170,95 €			2 073 341,68 €	2 994 459,29 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 540 166,03 €		379 170,95 €			1 919 336,98 €	2 646 826,07 €
D7	Transferências e subsídios de capital	154 004,70 €					154 004,70 €	347 633,22 €
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [5]	9 218 755,57 €		549 564,97 €			9 768 320,54 €	9 870 364,12 €
	Despesa não efetiva [6]	189 533,36 €					189 533,36 €	235 628,30 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	189 533,36 €					189 533,36 €	235 628,30 €
	Soma [7] = [5] + [6]	9 408 288,93 €		549 564,97 €			9 957 853,90 €	10 105 992,42 €
	Despesa total [5] + [6]	9 408 288,93 €		549 564,97 €			9 957 853,90 €	10 105 992,42 €

Em 2022, do total da despesa paga 77% corresponde a despesa corrente e 23% a despesa de capital.

Do saldo de compromissos a transitar 2.566.027,33€, 1.926.209,70€ respeita a despesa de capital e 599.696,27€ a despesa corrente.

As obrigações por pagar mantém um valor aproximado ao ano de 2021, mas comparativamente diminui em cerca de 29 mil euros. Em 2022 transitam obrigações por pagar no total de 229.181,01€.

Rubrica	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
							Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	(9) = (4) - (5)	(10) = (5) - (8)
	Despesa corrente	174 625,69 €	8 585 618,69 €		8 414 061,45 €	7 814 365,18 €	151 694,17 €	7 543 284,69 €	7 694 978,86 €	599 696,27 €	119 386,32 €
D1	Despesas com o pessoal	43 272,52 €	4 250 279,37 €		4 203 589,85 €	4 187 103,83 €	43 272,52 €	4 052 296,15 €	4 095 568,67 €	16 486,02 €	91 535,16 €
D2	Aquisição de bens e serviços	127 263,23 €	3 577 235,37 €		3 491 625,11 €	2 954 185,50 €	104 331,71 €	2 822 817,73 €	2 927 149,44 €	537 439,61 €	27 036,06 €
D3	Juros e outros encargos		14 444,20 €		13 706,30 €	13 706,30 €		13 706,30 €	13 706,30 €		
D4	Transferências e subsídios correntes	375,00 €	635 949,43 €		604 502,83 €	560 259,84 €	375,00 €	559 386,84 €	559 761,84 €	44 242,99 €	498,00 €
D5	Outras despesas correntes	3 714,94 €	107 710,32 €		100 637,36 €	99 109,71 €	3 714,94 €	95 077,67 €	98 792,61 €	1 527,65 €	317,10 €
	Despesa de capital	83 265,70 €	4 391 011,31 €		4 339 000,79 €	2 372 669,73 €	38 857,17 €	2 224 017,87 €	2 262 875,04 €	1 966 331,06 €	109 794,69 €
D6	Aquisição de bens de capital	75 472,30 €	3 988 061,31 €		3 955 341,37 €	2 029 131,67 €	33 981,98 €	1 885 355,00 €	1 919 336,98 €	1 926 209,70 €	109 794,69 €
D7	Transferências e subsídios de capital	7 793,40 €	203 190,00 €		194 126,06 €	154 004,70 €	4 875,19 €	149 129,51 €	154 004,70 €	40 121,36 €	
D8	Outras despesas de capital		10 100,00 €								
D9	Despesa com ativos financeiros										
D10	Despesa com passivos financeiros		189 660,00 €		189 533,36 €	189 533,36 €		189 533,36 €	189 533,36 €		
	Total:	257 891,39 €	12 976 630,00 €		12 753 062,24 €	10 187 034,91 €	190 551,34 €	9 767 302,56 €	9 957 853,90 €	2 566 027,33 €	229 181,01 €

2.1.5. Execução do Plano Plurianual de Investimento

No exercício de 2022 o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 1.919.336,98€, o que representa 48% do total previsto. Em 2021, esta percentagem tinha sido de 53% com um valor de 2.646.826,07€.

Destaca-se, entre outros, o valor executado nos seguintes investimentos em 2022:

- Centro Comunitário e Geriátrico de Alcórrego, no montante de 621.101,08€;
- Estrutura de Apoio Social em Figueira e Barros, no montante de 27.398,25€;
- Remodelação de Parques Infantis em freguesias do concelho, no montante de 39.639,50€;
- Construção da Casa Mortuária de Avis, no montante de 137.127,48€;
- Modernização do Mercado Municipal, no montante de 112.962,93€;
- Empreitada de Construção do Skateparque de Avis, no montante de 39.472,78€;
- Obra da 2ª fase da Ligação Avis – Clube Náutico – Corredor Pedonal e Ciclável, no montante de 34.660,01€;
- Aquisição de equipamento de transporte de natureza operacional, no montante de 82.538,76€;
- Remodelação e beneficiação das Piscinas Municipais de Avis, no montante de 315.991,88€;
- Construção do novo quartel da GNR, no montante de 256.212,28€.

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado		
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total
[1]	[3]	[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]
1	Funções gerais		192 609,28 €	9 100,00 €		201 709,28 €	1 136 000,00 €	1 337 709,28	365 264,47	125 669,79	490 934,26
1.1.	Serviços gerais de administração pública		189 309,28 €	9 100,00 €		198 409,28 €	1 136 000,00 €	1 334 409,28	312 460,68	123 451,08	435 911,76
1.2.	Segurança e ordem públicas		3 300,00 €			3 300,00 €		3 300,00	52 803,79	2 218,71	55 022,50
2	Funções sociais		1 611 473,67 €	1 031 353,36 €		2 642 827,03 €	11 134 423,81 €	13 777 250,84	1 320 907,20	1 395 636,84	2 716 544,04
2.1.	Educação		31 500,00 €	248 784,16 €		280 284,16 €	6 180 423,81 €	6 460 707,97		35 424,00	35 424,00
2.3.	Segurança e acção sociais		538 221,00 €	475 200,00 €		1 013 421,00 €	471 000,00 €	1 484 421,00	308 892,03	648 499,33	957 391,36
2.4.	Habituação e serviços colectivos		677 612,67 €	75 557,20 €		753 169,87 €	2 883 000,00 €	3 636 169,87	830 562,08	353 296,85	1 183 858,93
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos		364 140,00 €	231 812,00 €		595 952,00 €	1 600 000,00 €	2 195 952,00	181 453,09	358 416,66	539 869,75
3	Funções económicas		51 990,20 €	128 247,80 €		180 238,00 €	2 196 754,27 €	2 376 992,27	479 909,30	141 818,07	621 727,37
3.2.	Indústria e energia		2 000,00 €	1 000,00 €		3 000,00 €	160 000,00 €	163 000,00	34 919,05		34 919,05
3.3.	Transportes e comunicações		69 565,20 €	99 138,80 €		168 704,00 €	1 521 754,27 €	1 690 458,27	444 990,25	134 112,12	579 102,37
3.4.	Comércio e turismo		19 575,00 €	28 109,00 €		8 534,00 €	1 000,00 €	9 534,00		7 705,95	7 705,95
3.5.	Outras funções económicas						514 000,00 €	514 000,00			
4	Outras funções			963 287,00 €		963 287,00 €		963 287,00	76 013,60	256 212,28	332 225,88
4.2.	Transferências entre administrações			963 287,00 €		963 287,00 €		963 287,00	76 013,60	256 212,28	332 225,88
Total:			1 856 073,15 €	2 131 988,16 €		3 988 061,31 €	14 467 178,08 €	18 455 239,39 €	2 242 094,57 €	1 919 336,98 €	4 161 431,55 €

2.1.6. Indicadores Orçamentais

	2022		2021	
Receita Total + Saldo de Gerência	11 172 583,03 €	1,12%	11 764 092,57 €	1,16%
Despesa Total Paga	9 957 853,90 €		10 105 992,42 €	
Receita Corrente Cobrada	8 111 464,86 €	1,05%	7 627 123,02 €	1,11%
Despesa Corrente Paga	7 694 978,86 €		6 875 904,83 €	
Receita de Capital Cobrada	1 394 010,21 €	0,62%	1 925 382,94 €	0,64%
Despesa de Capital Paga	2 262 875,04 €		2 994 459,29 €	
Impostos Diretos	645 563,71 €	0,07%	652 507,65 €	0,07%
Receita Total	9 514 482,88 €		9 557 370,05 €	
Pessoal	4 095 568,67 €	0,73%	3 828 000,95 €	0,66%
Fundos Municipais Correntes	5 640 710,00 €		5 774 798,11 €	

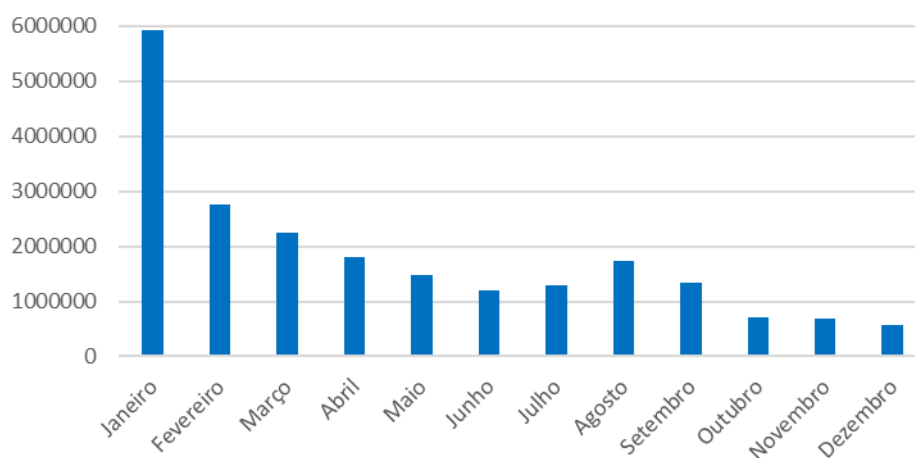
2.1.7. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

A Câmara Municipal de Avis, aprovou, nos termos do n.º 6 artigo 85º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, os serviços municipais continuaram a calcular mensalmente os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

Fundos Disponíveis



Por sua vez, o artigo 7º da LCPA, estabelece que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. Esta disposição legal foi cumprida durante o ano de 2022.

2.2. Análise Económico – Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

2.2.1. Análise ao Balanço

O total do Ativo fixou-se em **44.568.759,45€** o que significa uma redução de 1.303.398,77€ face ao ano anterior. De seguida apresenta-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		42 235 009,45 €	43 178 436,99 €
Ativos fixos tangíveis		41 549 228,16 €	42 447 609,63 €
Propriedades de investimento		159 883,95 €	166 642,35 €
Ativos intangíveis		6 476,95 €	42 963,58 €
Participações financeiras		519 373,00 €	519 373,00 €
Clientes, contribuintes e utentes			1 801,04 €
Outros ativos financeiros		47,39 €	47,39 €
Ativo corrente		2 333 750,00 €	2 693 721,23 €
Inventários		150 341,64 €	158 187,93 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		205 719,13 €	207 243,78 €
Clientes, contribuintes e utentes		79 542,31 €	69 684,45 €
Estado e outros entes públicos		97 066,71 €	105 745,14 €
Outras contas a receber		471 815,13 €	342 682,36 €
Diferimentos		69 111,92 €	94 498,70 €
Caixa e depósitos		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
Total Ativo		44 568 759,45 €	45 872 158,22 €

Os ativos fixos tangíveis representam 93% do total do ativo tal como é 2021. Não se verifica variação percentual.

Os ativos intangíveis registaram uma redução de 36.486,63€ no valor escriturado, resultante de amortizações.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete uma redução de 13% relativamente a 2021, com efeitos particulares nas disponibilidades.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 54% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

O Total do Património Líquido é de **41.776.442,15€**.

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital		65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados		-30 913 201,70 €	-28 942 159,28 €
Outras variações no património líquido		9 365 966,83 €	8 868 697,21 €
Resultado líquido do período		-2 090 222,15 €	-2 328 198,99 €
Total Património Líquido		41 776 442,15 €	43 012 238,11 €

Em relação ao passivo, o Município de Avis fechou o ano com um valor **2.792.317,30€**.

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
PASSIVO			
Passivo não corrente		434 078,71 €	550 315,03 €
Provisões		70 121,52 €	
Financiamentos obtidos		363 957,19 €	550 315,03 €
Passivo corrente		2 358 238,59 €	2 309 605,08 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		405,00 €	7 793,40 €
Fornecedores		49 479,50 €	128 084,85 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		77 905,51 €	
Estado e outros entes públicos		89 392,13 €	45 839,05 €
Financiamentos obtidos		149 314,48 €	152 490,00 €
Fornecedores de investimentos		86 178,69 €	75 812,30 €
Outras contas a pagar		701 455,98 €	721 481,35 €
Diferimentos		1 204 107,30 €	1 178 104,13 €
Total Passivo		2 792 317,30 €	2 859 920,11 €

Comparado com o período homólogo, o passivo não corrente diminui cerca de 116 mil euros. Foram constituídas provisões no valor de 70.121,52€ para dar cobertura a processos judiciais em curso. O passivo corrente 2.358.238,59€, constituído por fornecedores, estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos, fornecedores de investimentos, outras contas a pagar e diferimentos aumenta em cerca de 48 mil euros.

2.2.2. Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

Os Rendimentos do exercício fixaram-se em 8.998.174,16€ e os Gastos em 11.088.396,31€. O Resultado Líquido do Exercício negativo traduz-se no valor de 2.090.222,15€.

O RLE é influenciado pelo facto das transferências de capital da Participação dos Impostos do Estado (PIE), FEF de capital e art.º 35º, transitam da DR para o Património Líquido, em POCAL estas rubricas relevam para o resultado na sua plenitude. Em SNC – AP apenas releva na proporção da sua especialização em função dos ativos que financiou. Em 2022 de 1.324.665,00€ releva apenas 172.557,80€.

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		773 660,35 €	668 733,54 €
Vendas		298 913,14 €	297 334,00 €
Prestações de serviços e concessões		765 739,13 €	677 847,29 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		6 384 261,14 €	5 995 090,65 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-110 520,91 €	
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-801 429,46 €	-652 458,58 €
Fornecimentos e serviços externos		-2 230 142,98 €	-1 843 702,25 €
Gastos com pessoal		-4 341 782,18 €	-3 932 867,13 €
Transferências e subsídios concedidos		-569 988,26 €	-808 718,99 €
Prestações sociais			-29 737,45 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		116 221,80 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-70 121,52 €	
Outros rendimentos		652 925,88 €	503 402,87 €
Outros gastos		-311 688,54 €	-530 340,38 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		556 047,59 €	344 583,57 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 638 998,05 €	-2 654 613,41 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-2 082 950,46 €	-2 310 029,84 €
Juros e rendimentos similares obtidos		6 452,72 €	7 214,93 €
Juros e gastos similares suportados		-13 724,41 €	-25 384,08 €
Resultado antes de impostos		-2 090 222,15 €	-2 328 198,99 €
Resultado líquido do período		-2 090 222,15 €	-2 328 198,99 €

Pela análise aos gastos de 2022, podemos concluir que houve um crescimento de 610.574,04€ face a 2021, influenciado pelo crescimento de diversos gastos, nomeadamente gastos com pessoal, alugueres de equipamentos, limpeza higiene e conforto e taxas reguladas pela ERSAR.

Em relação aos rendimentos, em 2022, os impostos diretos tiveram um aumento de 104 mil euros face a 2021.

No que se refere a rendimentos relativos a vendas e prestação de serviços de água, saneamento e resíduos, os valores são próximos dos de 2021, verificando-se a maior variação nos resíduos sólidos com cerca de 13 mil superior ao ano transato.

As transferências no âmbito da descentralização de competências, Lei n.º 50/2018, de 16/08 totalizaram o valor de 405.634,56€.

2.2.3. Indicadores Económico – Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	2022		2021	
Autonomia Financeira	Património Líquido	41 776 442,15 €	0,94%	43 012 238,11 €	0,94%
	Ativo	44 568 759,45 €		45 872 158,22 €	
Solvabilidade	Património Líquido	41 776 442,15 €	14,96%	43 012 238,11 €	15,04%
	Passivo	2 792 317,30 €		2 859 920,11 €	
Liquidez geral	Ativo Corrente	2 333 750,00 €	0,84%	2 693 721,23 €	1,17%
	Passivo Corrente	2 792 317,30 €		2 309 605,08 €	
Liquidez reduzida	Ativo Corrente - Inventários	2 183 408,36 €	0,78%	2 539 533,30 €	1,10%
	Passivo Corrente	2 792 317,30 €		2 309 605,08 €	
Liquidez imediata	Disponibilidades	1 260 153,16 €	0,45%	1 715 678,87 €	0,74%
	Passivo Corrente	2 792 317,30 €		2 309 605,08 €	
Rendimentos do Património Líquido	Resultado Líquido	-2 090 222,15 €	-0,05%	-2 328 198,99 €	-0,05%
	Património Líquido	41 776 442,15 €		43 012 238,11 €	

2.2.4. Prazo Médio de Pagamentos

O prazo médio de pagamentos do Município de Avis, é no final de 2022 de 5 dias. No final de 2021 era de 7 dias.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

2.2.5. Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2022 do Município de Avis face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2021, não excede o limite de endividamento:

Capacidade de Endividamento			
Receita corrente		01/01/2002	31/12/2022
2022	8 111 464,86 €		8 111 464,86 €
2021	7 627 123,02 €	7 627 123,02 €	7 627 123,02 €
2020	7 093 877,69 €	7 093 877,69 €	7 093 877,69 €
2019	6 937 729,26 €	6 937 729,26 €	6 937 729,26 €
Média		7 219 576,66 €	7 610 821,86 €
Limite		10 829 364,99 €	11 416 232,79 €
Passivo			
20.2		7 793,40 €	405,00 €
22.1		128 084,85 €	49 479,50 €
23.		2 226,39 €	2 530,97 €
24.2		24 187,32 €	19 096,66 €
24.3		- €	- €
24.4		40,68 €	22,35 €
24.5		21 611,05 €	70 273,12 €
25.		702 811,72 €	513 271,67 €
27.1		75 812,30 €	86 178,69 €
27.5		- €	- €
27.6		- €	77 905,51 €
27.7	27.7.2	51 092,21 €	44 299,78 €
27.8.5		865,78 €	887,27 €
27.8.9.2		46 080,96 €	1 431,70 €
Soma		1 060 606,66 €	865 782,22 €
Operações Tesouraria		57 578,72 €	45 424,03 €
Excecionado		- €	- €
Endividamento		1 003 027,94 €	820 358,19 €
Margem	01/01/2022	9 826 337,05 €	
Margem Disponível	01/01/2022	1 965 267,41 €	
Margem Disponível	31/12/2022		2 147 937,16 €
Margem para 2023			10 595 874,60 €
Margem Disponível	01/01/2023		2 119 174,92 €
		13,9%	10,8%

Da análise do quadro acima constata-se que o endividamento passou do índice 13,9% (percentagem utilizada dos 100%) para o índice de 10,8% face à média da receita corrente registada no triénio de 2019-2021.

Nota: O quadro apresentado não considera o impacto no endividamento das Associações de Municípios, e Participadas pelo motivo que à data as suas contas não são conhecidos pelo município.

3. Transferência de Competências

Lei n.º 50/2018, de 16/08 – Lei quadro de transferência de competências para as autarquias locais e comunidades intermunicipais

Pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios cujo exercício se encontra na plena disponibilidade dos municípios desde 1 de janeiro de 2021, com exceção da Educação, Saúde e Ação Social.

No caso concreto das competências transferidas no âmbito da Saúde e da Educação, foi ainda possível a opção pelo não exercício em 2021, considerando-se transferidas até 31 de março de 2022.

No que à Ação Social, foi possibilitada a prorrogação do prazo de transferência até 1 de janeiro de 2023.

3.1. Área da Educação

O Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação.

Assim os municípios têm competências no planeamento, na gestão e na realização de investimentos em matéria de educação, que se traduzem nas seguintes competências específicas:

- a) Elaboração carta educativa;
- b) Elaboração do plano de transportes escolares;
- c) Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva;
- d) Aquisição de equipamento de edifício escolar;
- e) Realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário;
- f) Desenvolver a ação social escolar;
- g) Gestão do fornecimento de refeições em refeições escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- h) Organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos, nos termos definidos no respetivo plano de transportes intermunicipal;

- i) Gestão e funcionamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes;
- j) Gestão e funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação;
- k) Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro;
- l) Recrutamento e seleção de pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação;
- m) Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos;
- n) Gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares, fora do período das atividades escolares, incluindo atividades de enriquecimento curricular.

As entidades intermunicipais têm competências de planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal, que se traduzem nas seguintes competências específicas:

- a) Elaboração do plano de transporte escolar intermunicipal adequado, para os estabelecimentos de educação de âmbito supramunicipal;
- b) Elaboração do plano plurianual da rede de oferta educativa.

As competências de contratualização ou cedência, a qualquer título, da criação e gestão de oferta pública da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a entidades de natureza privada, cooperativa, solidária ou afim, mantêm-se na esfera da administração central.

O Despacho n.º 2356/2022, de 23 de fevereiro da Secretaria de Estado da Educação publica a lista nominativa, homologada de trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviços da Administração Escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional a transitar para o mapa de pessoal dos municípios a 31 de março de 2022. No caso do Município de Avis transitaram 27 assistentes operacionais e 6 assistentes técnicos.

O total de encargos a 31/12/2022, encontra-se discriminado no quadro abaixo:

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM DESCENTRALIZAÇÃO - EDUCAÇÃO										
Descrição	2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			Total
	AO	AT	COORD	AO	AT	COORD	AO	AT	COORD	
Remunerações - Pessoal em Funções	54 359,53 €	10 087,35 €	4 429,47 €	55 158,25 €	9 536,55 €	4 429,47 €	52 864,67 €	9 571,66 €	4 380,25 €	204 817,20 €
Pessoal Aguardando Aposentação										- €
Subsidio de Refeição - Pessoal em funções	6 673,23 €	1 144,80 €	257,58 €	5 394,87 €	925,38 €	267,12 €	6 728,05 €	1 119,38 €	284,83 €	22 795,24 €
Sub de férias e natal - Pessoal em funções	14 265,06 €	1 664,83 €	1 476,49 €				18 104,90 €	3 218,10 €	1 476,49 €	40 205,87 €
Rem por doença mater/paternidade										- €
Abono para falhas		67,66 €			224,32 €			242,95 €		534,93 €
Subsidio familiar a crianças e jovens										- €
Caixa Geral de Aposentações	3 416,82 €	907,60 €		2 618,03 €	680,70 €		3 291,07 €	907,60 €		11 821,82 €
Segurança social - regime geral	12 915,24 €	3 383,56 €	1 402,64 €	10 835,61 €	1 943,80 €	1 051,98 €	13 581,77 €	2 164,18 €	1 390,96 €	48 669,74 €
Acidentes em serviço e doenças profissionais										- €
Seguro de acidentes de trabalho										2 437,11 €
Total	91 629,88 €	17 255,80 €	7 566,18 €	74 006,76 €	13 310,75 €	5 748,57 €	94 570,46 €	17 223,87 €	7 532,53 €	331 281,91 €

Os gastos assumidos pelo município no período de abril a dezembro de 2022, nos termos do n.º 1 do artigo 35º do Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na atual redação “O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário é gerida pelas câmaras municipais”, importam em 24.414,00€.

Nos termos do artigo 46º, do mesmo diploma, “A contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, água e outros fluidos e comunicações compete aos municípios”, o valor total de gastos suportados pelo município foi de 40.250,00€, dos quais 12.000,00€ respeitantes ao valor da renda paga à Fundação Abreu Callado no âmbito do contrato de arrendamento referente às instalações da Escola Profissional Abreu Callado.

A Lei do Orçamento do Estado para 2022, no seu artigo 89º, dotou o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), gerido pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), das verbas necessárias ao financiamento das competências descentralizadas para os municípios do território continental e entidades intermunicipais, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, do Decreto-Lei n.º 22/2019 e do Decreto-Lei n.º 23/2019, todos de 30 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, correspondentes ao período compreendido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2022. O total transferido para o Município de Avis na área da educação foi de 258.805€.

Nos termos do n.º 1 do artigo 62º do Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, transfere para os municípios a titularidade dos equipamentos educativos que integram a rede pública do Ministério da Educação, entendidos estes, nos termos do n.º 1 do artigo 9º do mesmo diploma como “o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didático e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados, ainda que não exclusivamente, para a conveniente realização da atividade educativa”.

Tendo presente o disposto no ponto 2.8.1. do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), ponto que não foi revogado pelo SNC – AP, estipula que as autarquias locais elaboram e mantêm atualizado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do seu património, a competência para a elaboração e manutenção do inventários dos bens educativos transferidos, encontra-se cometida aos municípios, sem prejuízo dos Agrupamentos de Escolas respetivos deverem facultar os inventários existentes.

Apesar de terem sido várias as solicitações e insistências por parte do Município de Avis, não foi até à data, facultada pelo Agrupamento de Escolas de Avis a listagem de inventário constitutivos do património para a transferência de ativos.

Nestes termos nas demonstrações financeiras do município não foram reconhecidos os ativos, assim como a contabilização das amortizações, com as respetivas implicações materiais para a gestão e controlo da atividade patrimonial da entidade.

Importa referir que, efetuada pesquisa, apurou-se que o edifício da Escola EB 2, 3 Mestre de Avis, apesar de inscrito na matriz predial não está descrito na Conservatória do Registo Predial, pelo que não poderá existir transferência de ativo do ME, se efetivamente, para efeitos de registo, não integrava a rede pública. O terreno sempre constou no património do município.

Em dezembro de 2022, o município iniciou a intervenção da obra de requalificação da Escola EB 2, 3 Mestre de Avis, intervenção que passou pela demolição total das instalações existentes.

3.2. Área da Ação Social

O Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social

Decreto Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Portaria n.º 63/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de

acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais

Portaria n.º 64/2021, de 17 de março - Define, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 3º e do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, o exercício de competências de coordenação administrativa e financeira do programa de contratos locais de desenvolvimento social pelas autarquias locais

Portaria n.º 65/2021, de 17 de março - Estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3º e no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto

Portaria n.º 66/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão

Despacho n.º 9817-A/2021, de 8 de outubro, publica o Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social.

No âmbito da transferência de competências na área da Ação Social, o Município de Avis assinou um Protocolo por um período de um ano, com início em novembro de 2022, no valor de 40 mil euros, com o CRIPS (Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor) para suportar os encargos com 3 técnicos daquela entidade que prestarão serviços na área do Município de Avis. O referido protocolo não teve execução financeira em 2022.

Nos termos do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização), em 2022 foi transferida para o município a importância de 7.771,54€.

4. Acontecimentos Após a Data de Relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2022, no montante de **-2.090.222,15€**, seja transferido para a conta «561 - Resultados Transitados - períodos anteriores», nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Avis, abril de 2023

6. Documentos de Prestação de Contas – Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		42 235 009,45 €	43 178 436,99 €
Ativos fixos tangíveis	5	41 549 228,16 €	42 447 609,63 €
Propriedades de investimento	8	159 883,95 €	166 642,35 €
Ativos intangíveis	3	6 476,95 €	42 963,58 €
Participações financeiras	18	519 373,00 €	519 373,00 €
Clientes, contribuintes e utentes			1 801,04 €
Outros ativos financeiros		47,39 €	47,39 €
Ativo corrente		2 333 750,00 €	2 693 721,23 €
Inventários	10	150 341,64 €	158 187,93 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	205 719,13 €	207 243,78 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	79 542,31 €	69 684,45 €
Estado e outros entes públicos	18	97 066,71 €	105 745,14 €
Outras contas a receber	18	471 815,13 €	342 682,36 €
Diferimentos	29	69 111,92 €	94 498,70 €
Caixa e depósitos	11	1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
Total Ativo		44 568 759,45 €	45 872 158,22 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	30	65 413 899,17 €	65 413 899,17 €
Resultados transitados	30	-30 913 201,70 €	-28 942 159,28 €
Outras variações no património líquido	30	9 365 966,83 €	8 868 697,21 €
Resultado líquido do período	30	-2 090 222,15 €	-2 328 198,99 €
Total Património Líquido		41 776 442,15 €	43 012 238,11 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		434 078,71 €	550 315,03 €
Provisões	15	70 121,52 €	
Financiamentos obtidos	25	363 957,19 €	550 315,03 €
Passivo corrente		2 358 238,59 €	2 309 605,08 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	405,00 €	7 793,40 €
Fornecedores	18	49 479,50 €	128 084,85 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	77 905,51 €	
Estado e outros entes públicos	18	89 392,13 €	45 839,05 €
Financiamentos obtidos	25	149 314,48 €	152 490,00 €
Fornecedores de investimentos	18	86 178,69 €	75 812,30 €
Outras contas a pagar	18	701 455,98 €	721 481,35 €
Diferimentos	29	1 204 107,30 €	1 178 104,13 €
Total Passivo		2 792 317,30 €	2 859 920,11 €
Total Património Líquido e Passivo		44 568 759,45 €	45 872 158,22 €

6.2. Demonstração de Resultados

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14 / 21	773 660,35 €	668 733,54 €
Vendas	13 / 21	298 913,14 €	297 334,00 €
Prestações de serviços e concessões	13 / 21	765 739,13 €	677 847,29 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 / 21	6 384 261,14 €	5 995 090,65 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-110 520,91 €	
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-801 429,46 €	-652 458,58 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 230 142,98 €	-1 843 702,25 €
Gastos com pessoal	22 / 23	-4 341 782,18 €	-3 932 867,13 €
Transferências e subsídios concedidos	22 / 24	-569 988,26 €	-808 718,99 €
Prestações sociais	22 / 25		-29 737,45 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	116 221,80 €	
Provisões (aumentos/reduções)		-70 121,52 €	
Outros rendimentos	21	652 925,88 €	503 402,87 €
Outros gastos	22	-311 688,54 €	-530 340,38 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		556 047,59 €	344 583,57 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	26	-2 638 998,05 €	-2 654 613,41 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-2 082 950,46 €	-2 310 029,84 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	6 452,72 €	7 214,93 €
Juros e gastos similares suportados	22	-13 724,41 €	-25 384,08 €
Resultado antes de impostos		-2 090 222,15 €	-2 328 198,99 €
Resultado líquido do período		-2 090 222,15 €	-2 328 198,99 €

6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		916 903,57 €	820 737,38 €
Recebimentos de contribuintes		302 339,62 €	337 982,07 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 309 110,90 €	5 928 931,59 €
Recebimentos de utentes		65 902,78 €	40 292,39 €
Pagamentos a fornecedores		-2 880 351,28 €	-2 392 937,13 €
Pagamentos ao pessoal		-4 217 226,55 €	-3 901 321,43 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-471 007,89 €	-482 379,70 €
Caixa gerada pelas operações		25 671,15 €	351 305,17 €
Outros recebimentos/pagamentos		177 452,17 €	311 919,46 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		203 123,32 €	663 224,63 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 873 708,48 €	-2 610 304,69 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-2 063,94 €	-1 033,20 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		62 276,71 €	52 845,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		43 657,56 €	21 966,18 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 317 745,85 €	1 579 571,11 €
Recebimentos - Dividendos		6 401,80 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-445 690,50 €	-956 955,60 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		50,92 €	50,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-189 533,36 €	-235 628,30 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-23 476,09 €	-24 456,53 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-212 958,53 €	-260 033,91 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-455 525,71 €	-553 764,88 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
SGA De execução orçamental		1 658 100,15 €	2 206 722,52 €
SGA De operações de tesouraria		57 578,72 €	62 721,23 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
SGS De execução orçamental		1 214 729,13 €	1 658 100,15 €
SGS De operações de tesouraria		45 424,03 €	57 578,72 €

6.4. Demonstração de Alterações ao Património Líquido

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património	Ações (quotas)	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		65 413 899,17 €					-28 942 159,28 €			8 868 697,21 €	-2 328 198,99 €	43 012 238,11 €	43 012 238,11 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-1 971 042,42 €			497 269,62 €	2 328 198,99 €	854 426,19 €	854 426,19 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico							-8 122,22 €					-8 122,22 €	-8 122,22 €
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital										1 324 665,00 €		1 324 665,00 €	1 324 665,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-1 962 920,20 €			-827 395,38 €	2 328 198,99 €	-462 116,59 €	-462 116,59 €
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											-2 090 222,15 €	-2 090 222,15 €	-2 090 222,15 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											237 976,84 €	-1 235 795,96 €	-1 235 795,96 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)													
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		65 413 899,17 €					-30 913 201,70 €			9 365 966,83 €	-2 090 222,15 €	41 776 442,15 €	41 776 442,15 €

7. Anexo às Demonstrações Financeiras

7.1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Avis

Endereço: Largo Cândido dos Reis, n.º 5

NIF: 502 789 824

7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

7.3. Órgãos de Gestão

Câmara Municipal

Presidente – Nuno Paulo Augusto da Silva

Vereadora (Vice-Presidente) – Inês Filipe Pereira da Fonseca (em regime de permanência)

Vereador – Rui Miguel Delicado Nunes (sem pelouros atribuídos)

Vereadora – Salomé Nobre Marques Guilhermino (em regime de permanência)

Vereadora – Maria Margarida de Abreu Narciso Pacheco Quental (sem pelouros atribuídos)

Assembleia Municipal

Composta por 15 eleitos diretos e por 6 presidentes de juntas de freguesia.

7.4. Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Avis a 31 de dezembro de 2022, totaliza 207.

7.5. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e Depósitos Bancários em 31 de dezembro de 2022, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	Designação	31/12/2022	31/12/2021
11.	Caixa	395,16 €	374,03 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	1 183 106,24 €	1 657 762,12 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	76 651,76 €	57 542,72 €
13.3	Depósitos de garantias e cações	0,00 €	0,00 €
TOTAL		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC		
Designação	31/12/2022	31/12/2021
- Execução orçamental	1 214 729,13	1 658 100,15
- Operações de tesouraria	45 424,03	57 578,72
Saldo da gerência	1 260 153,16 €	1 715 678,87 €

7.6. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

7.6.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis. Apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

7.6.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

7.6.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Avis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

7.6.2.2. *Propriedades de investimento*

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

7.6.2.3. *Ativos fixos intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma

pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

7.6.2.4. *Acordos de concessão de serviços: Concedente*

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Avis controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Na situação do Município de Avis encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à E-Redes.

Porém, embora solicitada a devida informação ao concessionário da rede elétrica em baixa e iluminação pública (E-Redes) a informação necessária para o reconhecimento dos ativos em concessão não é suficiente e devidamente consistente, para que o município, em conformidade com a NCP 4, possa reconhecer com fiabilidade não só o valor histórico do ativo, bem como as suas variações.

A situação resulta dos seguintes fatores:

1. O município é proprietário das infraestruturas elétricas em baixa, bem como da rede de iluminação pública existente.
2. A prestação de serviço público com estes ativos é realizada pela E-Redes (concessionário) por força do contrato de concessão.

3. Por força do estabelecido no parágrafo 6 (a) da NCP 4 do SNC-AP os ativos cedidos na concessão devem ser objeto de reconhecimento contabilístico nas demonstrações financeiras do município (concedente), se este exercer o controlo ou regular os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo.
4. Dada a natureza da concessão são suscitadas dúvidas sobre se a existência de controlo por parte do concedente
5. Ainda de acordo com a norma importa analisar se no final de cada ano existe valor suportar pelo concedente no caso de resgate ou indemnização. E, nessas circunstâncias se deve, ou não, ser classificado como passivo financeiro. Contudo, também aqui o município não detém qualquer informação.
6. Valor que, em princípio, deve corresponder ao valor escriturado em cada exercício relativo ao conjunto de ativos adquiridos e fornecidos pelo concessionário. Todavia o valor que tem vindo a ser indicado pelo concessionário não corresponde a esse valor.
7. Face a esta situação existem pareceres da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) e da OROC (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) cujo conteúdo, se nos afigura contraditório.

CNC “Tratando-se de uma concessão, é necessário que o município detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. A informação enviada não parece cumprir este desiderato.”

OROC - O contrato (referido ao continente contratos com a E-Redes) se enquadra na NCP-4.

7.6.2.5. *Locações*

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as

depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

7.6.2.6. Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controle.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Avis não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registradas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

7.6.2.7. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

7.6.2.8. Inventários

Os inventários encontram-se registrados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registrado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registradas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respectivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

7.6.2.9. *Instrumentos financeiros*

O município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

– Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

7.6.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controle; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

7.6.2.11. Regime do acréscimo

O município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços

decorrentes da atividade normal do Município de Avis, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14.

- **Vendas e prestações de serviços**

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Impostos, contribuições e taxas**
- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

7.6.2.12. Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

7.6.2.13. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Avis mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, tal como no anterior, da doença COVID – 19.

7.6.2.14. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

7.7. Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 3 – Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

No exercício de 2022 não se verificou qualquer variação no ativo bruto dos ativos intangíveis o que significa que não se registaram quer adições, quer diminuições.

b) As vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As vidas úteis estimadas têm por base o Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC – AP.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 36.508,28€, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 538.442,09€.

c) Método de depreciação

O método de depreciação usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 36.348,63€.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No final do exercício o valor escriturado era de 6.476,95€.

Seguem-se os quadros à nota 3 com a discriminação dos respetivos valores:

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas									
Rubricas		Início do Período				Fim do Período			
		Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
440	Ativos intangíveis de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
442	Projetos de desenvolvimento	173 983,50 €	157 618,35 €	0,00 €	16 365,15 €	173 983,50 €	168 811,35 €	0,00 €	5 172,15 €
443	Programas de computador e sistemas de informação	407 422,17 €	380 823,74 €	0,00 €	26 598,43 €	407 422,17 €	406 117,37 €	0,00 €	1 304,80 €
444	Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
446	Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
454	Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL		581 405,67 €	538 442,09 €	0,00 €	42 963,58 €	581 405,67 €	574 928,72 €	0,00 €	6 476,95 €

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período									
Rubricas		Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
			Adições	Transferênc ias internas	Revalorizaç ões	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizaçõ es do período	Diminuições	
440	Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441	Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
442	Projetos de desenvolvimento	16 365,15 €	- €	- €	- €	- €	- 11 193,00 €	- €	5 172,15 €
443	Programas de computador e sistemas de informação	26 598,43 €	- €	- €	- €	- €	- 25 293,63 €	- €	1 304,80 €
444	Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
446	Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
454	Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	TOTAL	42 963,58 €	- €	- €	- €	- €	- 36 486,63 €	- €	6 476,95 €

O valor escriturado de bens totalmente depreciados e em uso é de 450.816,60€, conforme apresentado no quadro abaixo.

Q 5.6 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO		
Conta	Designação	Valor
443	Programas de computador e sistemas de informação	116 173,50 €
444	Propriedade industrial e intelectual	334 643,10 €
TOTAL		450 816,60 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Avis.

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente. Em 2022, o valor trimestral foi de 65.234,37€, do que resulta um valor anual de 260.937,48€.

O Decreto-Lei 15/2022, publicado em janeiro de 2022, estabelece na alínea 3 do artigo 285º, que a E-REDES, enquanto concessionário da rede de distribuição de eletricidade em Baixa Tensão, deverá remeter anualmente ao concedente o cadastro atualizado dos ativos em uso na concessão.

Apresenta-se em baixo, o quadro da informação fornecido pela E-Redes:

Rúbricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Imobilizado Tangível Regulado	0	0	0
Imobilizado Intangível Regulado	2 829 170	1 825 731	1 003 439
Imobilizado Intangível Regulado aceite	2 568 887	1 637 006	931 881
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	260 283	188 725	71 558
Específico em BT	2 829 170	1 825 731	1 003 439
Postos Transformação e Seccionamento	984 951	618 091	366 860
Redes aéreas	1 021 427	721 130	300 297
Redes subterrâneas	116 941	73 490	43 450
Chegadas aéreas	130 376	101 306	29 070
Chegadas subterrâneas	28 410	18 563	9 846
Contadores e acessórios	268 865	248 849	20 016
Contadores	178 626	172 569	6 057
Outro equipamento	90 239	76 280	13 959
Equipamentos Acessórios e Outros	0	0	0
Iluminação pública	190 987	24 936	166 051
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017)	6 821	3 921	2 900
Outras Funcionalidades	5 557	3 210	2 347
Função Medição	1 264	711	553
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	80 393	15 445	64 948
Outro Específico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2018	0	0	0
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	0	0	0
Redes Aéreas (não aceite)	0	0	0
Redes Subterrâneas (não aceite)	0	0	0
Chegadas Aéreas (não aceite)	0	0	0
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	0	0	0
Outro equipamento de medição (não aceite)	0	0	0
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	0	0	0
Iluminação pública (não aceite)	0	0	0
Total Específico em BT aceite	2 568 887	1 637 006	931 881
Total Específico em BT não aceite	260 283	188 725	71 558
Não Específico em BT aceite	0	0	0
Não Específico em BT Não aceite	0	0	0
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	2 829 170	1 825 731	1 003 439
Imobilizado Tangível não regulado	0	0	0
Imobilizado Intangível não regulado	0	0	0
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	2 829 170	1 825 731	1 003 439

Embora a informação disponibilizada pela E-Redes possa responder, segundo o concessionário, ao estabelecido no DL 15/2022, certo é que esta não apresenta o detalhe necessário para o município proceder aos registos contabilísticos exigidos pela NCP 4.

Para proceder conforme exigido a informação disponibilizada pelo concessionário tem de reportar, no mínimo os seguintes elementos:

1. Desagregação dos grupos homogêneos que permita o registo por grupos de bens adquiridos na mesma data e com igual taxa de depreciação;
2. Data de início da vida útil;
3. Vida útil estimada;
4. Valor bruto;
5. Depreciações do exercício, face à vida útil estimada;
6. Depreciações acumuladas, face à vida útil estimada;
7. Imparidades associadas a cada ativo;
8. Subsídios associados a cada ativo;
9. Abates – data de abate e respetiva depreciação no ano do abate e valor contabilístico.

Nota 5 – Ativos fixos intangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificados Complementar 2 (CC2) do SNC – AP.

c) Método de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No exercício de 2022, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 947 307,50 €	- €	- €	2 947 307,50 €	2 947 307,50 €	- €	- €	2 947 307,50 €
Edifícios e outras construções	2 965 767,23 €	1 916 658,80 €	- €	1 049 108,43 €	2 965 767,23 €	2 016 742,20 €	- €	949 025,03 €
Infraestruturas	66 895 000,56 €	44 284 932,46 €	- €	22 610 068,10 €	67 818 520,08 €	46 270 172,25 €	- €	21 548 347,83 €
Património histórico, artístico e cultural	213 286,77 €	4 816,64 €	- €	208 470,13 €	213 286,77 €	11 066,62 €	- €	202 220,15 €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	1 557 946,78 €	- €	- €	1 557 946,78 €	677 669,19 €	- €	- €	677 669,19 €
	74 579 308,84 €	46 206 407,90 €	- €	28 372 900,94 €	74 622 550,77 €	48 297 981,07 €	- €	26 324 569,70 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3 443 157,77 €	- €	- €	3 443 157,77 €	3 400 825,77 €	- €	- €	3 400 825,77 €
Edifícios e outras construções	13 822 843,08 €	5 280 153,04 €	- €	8 542 690,04 €	13 827 174,30 €	5 439 487,73 €	- €	8 387 686,57 €
Equipamento básico	2 252 106,10 €	1 821 236,62 €	- €	430 869,48 €	2 307 328,27 €	1 900 227,33 €	- €	407 100,94 €
Equipamento de transporte	2 225 511,62 €	1 534 258,32 €	- €	691 253,30 €	2 308 050,38 €	1 671 522,12 €	- €	636 528,26 €
Equipamento administrativo	673 328,31 €	621 205,09 €	- €	52 123,22 €	675 036,78 €	641 980,72 €	- €	33 056,06 €
Equipamentos biológicos	4 542,87 €	- €	- €	4 542,87 €	4 542,87 €	- €	- €	4 542,87 €
Outros	589 791,63 €	539 986,52 €	- €	49 805,11 €	634 942,93 €	554 397,58 €	- €	80 545,35 €
Ativos fixos tangíveis em curso	860 266,90 €	- €	- €	860 266,90 €	2 274 372,64 €	- €	- €	2 274 372,64 €
	23 871 548,28 €	9 796 839,59 €	- €	14 074 708,69 €	25 432 273,94 €	10 207 615,48 €	- €	15 224 658,46 €
TOTAL	98 450 857,12 €	56 003 247,49 €	- €	42 447 609,63 €	100 054 824,71 €	58 505 596,55 €	- €	41 549 228,16 €

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 947 307,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 947 307,50 €
Edifícios e outras construções	1 049 108,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-100 083,40 €	0,00 €	949 025,03 €
Infraestruturas	22 610 068,10 €	0,00 €	923 519,52 €	0,00 €	0,00 €	-1 985 239,79 €	0,00 €	21 548 347,83 €
Património histórico, artístico e cultural	208 470,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 249,98 €	0,00 €	202 220,15 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	1 557 946,78 €	94 138,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-974 416,44 €	677 669,19 €
	28 372 900,94 €	94 138,85 €	923 519,52 €	0,00 €	0,00 €	-2 091 573,17 €	-974 416,44 €	26 324 569,70 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3 443 157,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-42 332,00 €	3 400 825,77 €
Edifícios e outras construções	8 542 690,04 €	0,00 €	227 920,37 €	0,00 €	0,00 €	-264 074,25 €	-76 047,88 €	8 387 686,57 €
Equipamento básico	430 869,48 €	55 222,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-78 990,71 €	0,00 €	407 100,94 €
Equipamento de transporte	691 253,30 €	82 538,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-137 263,80 €	0,00 €	636 528,26 €
Equipamento administrativo	52 123,22 €	1 708,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-20 775,63 €	0,00 €	33 056,06 €
Equipamentos biológicos	4 542,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 542,87 €
Outros	49 805,11 €	45 151,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 411,06 €	0,00 €	80 545,35 €
Ativos fixos tangíveis em curso	860 266,90 €	1 606 637,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-192 531,70 €	2 274 372,64 €
	14 074 708,69 €	1 791 258,14 €	227 920,37 €	0,00 €	0,00 €	-515 515,45 €	-310 911,58 €	15 224 658,46 €
TOTAL	42 447 609,63 €	1 885 396,99 €	1 151 439,89 €	0,00 €	0,00 €	-2 607 088,62 €	-1 285 328,02 €	41 549 228,16 €

Q 5.2A - AFT - desagregação das adições											
Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											- €
Edifícios e outras construções											- €
Infraestruturas		- €									- €
Património histórico, artístico e cultural		- €									- €
Outros											- €
Bens de domínio público em curso		94 138,85 €									94 138,85 €
	- €	94 138,85 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	94 138,85 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											- €
Edifícios e outras construções											- €
Infraestruturas											- €
Património histórico, artístico e cultural											- €
Ativos fixos em concessão em curso											- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		- €									- €
Edifícios e outras construções											- €
Equipamento básico		55 222,17 €									55 222,17 €
Equipamento de transporte		82 538,76 €									82 538,76 €
Equipamento administrativo		1 708,47 €									1 708,47 €
Equipamentos biológicos											- €
Outros		45 151,30 €									45 151,30 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 606 637,44 €									1 606 637,44 €
	- €	1 791 258,14 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 791 258,14 €
TOTAL	- €	1 885 396,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 885 396,99 €

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições						
Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	6 222,00 €	- €	- €	36 110,00 €	42 332,00 €
Equipamento básico	- €	2 679,00 €	- €	- €	73 368,78 €	76 047,78 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	8 901,00 €	- €	- €	109 478,78 €	118 379,78 €
TOTAL	- €	8 901,00 €	- €	- €	109 478,78 €	118 379,78 €

Q 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO		
Conta	Designação	Valor
4301	Bens de Domínio Público - Terrenos	0,00 €
4302	Bens de Domínio Público - Edifícios e outras construções	238 307,42 €
4303	Infraestruturas do domínio público	2 164 638,61 €
4304	Bens de Domínio Público - Património histórico, artístico e cultural	188 286,77 €
431	Terrenos	0,00 €
432	Edifícios e outras construções	293 308,76 €
433	Equipamento básico	1 688 307,32 €
434	Equipamento de transporte	1 218 131,67 €
435	Equipamento administrativo	558 255,40 €
436	Equipamento biológico	4 542,87 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	487 887,34 €
	TOTAL	6 841 666,16 €

O valor escriturado de bens totalmente depreciados, mas ainda em uso é de 6.841.666,16€.

Predominante são infraestruturas, equipamento básico e de transporte.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

6.2 – Locações operacionais – Locatário

Não aplicável ao Município de Avis.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a) Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b) Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2022 o município tinha 5 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2033, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31.12.2022			31.12.2021		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	149 314,48 €	363 957,19 €	513 271,67 €	152 490,00 €	550 315,03 €	702 805,03 €
- CGD	112 100,56 €	363 957,19 €	476 057,75 €	152 490,00 €	508 600,85 €	661 090,85 €
- CCAM	37 213,92 €	- €	37 213,92 €	- €	41 714,18 €	41 714,18 €
TOTAL	149 314,48 €	363 957,19 €	513 271,67 €	152 490,00 €	550 315,03 €	702 805,03 €

ANOS	CGD	CCAM
2023	112 578,00 €	42 008,75 €
2024	80 218,06 €	
2025	73 323,24 €	
2026	28 125,00 €	
2027	28 125,00 €	
2028	28 125,00 €	
2029	28 125,00 €	
2030	28 125,00 €	
2031	28 125,00 €	
2033	14 062,50 €	
Totais	448 931,80 €	42 008,75 €

Mapa de Empréstimos – modelo TC

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Condições					Outros encargos	Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundação legal		
						N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Taxa de juro		Spread	Comissões	Amortização do capital			Juros			Outros encargos - Comissões			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)		Empréstimos contratados após 01/01/2014	
	Inicial	Atual									Até N	Ano N			Previstos após N		Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N										
Curto Prazo									- €	0						- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
								Total CP	- €	- €						- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Médio e Longo Prazo									- €	0						- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Não identos								SubTotal	- €	- €						- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Médio e Longo Prazo	PT00359015003746491	CGD	04/09/2003	20	9	2400	20/11/2003	Sancamento Financeiro	499 577,00 €	499 577,00 €						435 084,38 €	32 131,74 €	32 360,88 €	128 219,19 €	392,38 €	184,32 €	119,80 €	8,30 €	7,90 €	- €	- €	- €	64 492,62 €	32 360,88 €	31 066,98 €	- €	
	PT00359015004417791	CGD	06/07/2005	20	9	2070	13/10/2005	Investimento diversos	606 727,00 €	606 727,00 €						461 512,20 €	36 303,58 €	108 910,72 €	75 704,05 €	- €	- €	91,80 €	8,30 €	24,90 €	- €	- €	- €	145 214,30 €	108 910,72 €	36 046,92 €	- €	
	PT00359015005585391	CGD	15/11/2007	14	9	1462	10/04/2008	Investimento diversos	504 875,00 €	504 875,00 €						464 761,69 €	40 113,31 €	- €	44 521,63 €	- €	- €	191,30 €	16,60 €	- €	- €	- €	- €	40 113,31 €	- €	39 846,33 €	- €	
	PT00359015008029791	CGD	09/10/2014	14	4	2207	20/03/2015	Obras	450 000,00 €	450 000,00 €						126 562,50 €	28 125,00 €	295 312,50 €	72 577,16 €	11 438,29 €	55 737,25 €	65,80 €	16,60 €	157,70 €	- €	- €	- €	323 437,50 €	295 312,50 €	- €	32 142,86 €	
	PT00359015008030091	CGD	09/10/2014	10	5	2206	20/03/2015	Aquisição de viatura RSU	150 000,00 €	150 000,00 €						94 736,88 €	15 789,47 €	39 473,65 €	18 356,44 €	1 401,50 €	1 439,40 €	85,80 €	16,60 €	58,10 €	- €	- €	- €	55 263,12 €	39 473,65 €	- €	15 000,00 €	
	S8019434029	CCAM	28/10/2008	13	9	236	11/08/2009	Investimento diversos	543 000,00 €	487 000,00 €						412 715,82 €	37 070,26 €	37 213,92 €	17 331,05 €	22,70 €	- €	170,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	74 284,18 €	37 213,92 €	36 797,91 €	- €	
								SubTotal	2 754 179,00 €	2 698 179,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 995 373,97 €	189 533,36 €	513 271,67 €	356 709,52 €	13 254,87 €	57 361,47 €	724,30 €	66,40 €	248,60 €	- €	- €	- €	702 805,03 €	513 271,67 €	143 758,14 €	47 142,86 €	
								Total MLP	2 754 179,00 €	2 698 179,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 995 373,97 €	189 533,36 €	513 271,67 €	356 709,52 €	13 254,87 €	57 361,47 €	724,30 €	66,40 €	248,60 €	- €	- €	- €	702 805,03 €	513 271,67 €	143 758,14 €	47 142,86 €	
								Total Geral	2 754 179,00 €	2 698 179,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 995 373,97 €	189 533,36 €	513 271,67 €	356 709,52 €	13 254,87 €	57 361,47 €	724,30 €	66,40 €	248,60 €	- €	- €	- €	702 805,03 €	513 271,67 €	143 758,14 €	47 142,86 €	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimo), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

Nota 8 – Propriedades de investimento

a) Bases de Mensuração

Os ativos reconhecidos como propriedades e investimento encontram-se valorizados ao custo.

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificados Complementar 2 (CC2) do SNC – AP.

c) Método de depreciação

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

No exercício de 2022, os movimentos ocorridos na quantia escriturada das propriedades de investimento, foram os seguintes:

Q 8.1 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO- QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diminuições	
Propriedades de Investimento					
Terrenos e recursos naturais					- €
Edifícios e outras construções	166 642,35 €	- €	- 6 758,40 €	- €	159 883,95 €
TOTAL	166 642,35 €	- €	- 6 758,40 €	- €	159 883,95 €

Nota 9 – Imparidades de ativos

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2022		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	205 719,13 €	- €	205 719,13 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	120 400,18 €	40 857,87 €	79 542,31 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	471 815,13 €	- €	471 815,13 €
Mercadorias	Gerador de caixa	267,53 €	- €	267,53 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	155 898,06 €	5 823,95 €	150 074,11 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	519 420,39 €		519 420,39 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €		- €
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	100 054 824,71 €		100 054 824,71 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	581 405,67 €		581 405,67 €

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - ANO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	- €				- €			- €	- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	- €				- €			- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	40 857,87 €	- €			- €		- €		- €	40 857,87 €
Mercadorias	267,53 €		267,53 €		267,53 €			- €		- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	122 045,75 €	- €			- €		116 221,80 €		116 221,80 €	5 823,95 €
TOTAL	163 171,15 €	- €	267,53 €	- €	267,53 €	- €	116 221,80 €	- €	116 221,80 €	46 681,82 €

Nota 10 – Inventários

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o custo médio ponderado.

b) Quantia bruta e líquida do período

Q10.1 - Inventários

Rúbricas	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	267,53 €	- €	267,53 €	267,53 €	- €	267,53 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	155 898,06 €	5 823,95 €	150 074,11 €	279 966,15 €	122 045,75 €	157 920,40 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	156 165,59 €	5 823,95 €	150 341,64 €	280 233,68 €	122 045,75 €	158 187,93 €

Inventários: movimentos do período

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	267,53 €	263 226,65 €	263 226,65 €						267,53 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	157 920,40 €	414 134,72 €	538 202,81 €		- €	116 221,80 €	- €	- €	150 074,11 €
TOTAL	158 187,93 €	677 361,37 €	801 429,46 €	- €	- €	116 221,80 €	- €	- €	150 341,64 €

CMVMC – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O quadro abaixo evidencia o detalhe do CMVMC.

	2022			2021		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	267,53 €	279 966,15 €	280 233,68 €	267,53 €	296 249,56 €	296 517,09 €
Compras	263 226,65 €	414 134,72 €	677 361,37 €	311 044,48 €	325 398,22 €	636 442,70 €
Regularização de existências	267,53 €	7 096,05 €	7 363,58 €	- €	- €	- €
Existências finais	267,53 €	155 898,06 €	156 165,59 €	267,53 €	279 966,15 €	280 233,68 €
Custo das merc.vend.mat.consumidas	263 494,18 €	545 298,86 €	801 429,46 €	311 044,48 €	341 681,63 €	652 726,11 €

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados: (i) quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador; (ii) quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse; (iii) quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado; (iv) quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; (v) quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quantia de cada categoria de rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rendimentos reconhecida durante o período e a seguinte:

Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

	31/12/2022	31/12/2021
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	765 739,13 €	677 847,29 €
Venda de bens	298 913,14 €	297 334,00 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	6 452,72 €	7 214,93 €
Rendas em propriedades de investimento	42 476,40 €	30 538,52 €
Outros rendimentos	75 572,03 €	82 119,21 €
TOTAL	1 189 153,42 €	1 095 053,95 €

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 10,7% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 28.2.2.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação					
31 / 12 / 2022					
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos directos	426 814,46 €		- €	- €	
Impostos indirectos	273 154,69 €		- €	- €	
Taxas	71 162,54 €		- €	- €	
Multas e outras penalidades	2 528,66 €		32,38 €	42,00 €	
Transferências sem condição	6 384 261,14 €	2 835 304,88 €	43 890,33 €	- €	
Transferências com condição	- €	1 204 107,30 €	163 353,45 €	205 719,13 €	
Subsídios com condição	- €		- €	- €	
Outros	- €				
TOTAL	7 157 921,49 €	4 039 412,18 €	207 276,16 €	205 761,13 €	- €

O valor das transferências, assume um carácter estruturante no Município de Avis, na medida em que representa 89% do total dos rendimentos com origem em transações.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Avis a provisão é a indicada e relaciona-se com um processo judicial em fase de recurso.

Q15.1 - Provisões										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	- €	70 121,52 €	- €	- €	70 121,52 €	- €	- €	- €	- €	70 121,52 €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	70 121,52 €	- €	- €	70 121,52 €	- €	- €	- €	- €	70 121,52 €

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco e, embora não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Q15.2 - Passivos Contingentes				
N.º	Entidade	Processo	Valor Ação	Posição Atual
178/17.4BECTB (Apenso)	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Município de Avis VS Eduardo Manuel da Silva Lopes	3 653,10 €	Incidente de liquidação a aguardar desenvolvimento
178/17.4BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Município de Avis VS Eduardo Manuel da Silva Lopes	3 653,10 €	Aguarda marcação de julgamento
340/20.2BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Luisa Sousa VS Município de Avis	5 000,01 €	A correr
403/20.4BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Sociedade Agro Pecuária da Ameixeira, S.A VS Município de Avis	284 999,87 €	Fase de mediação
107 / 16.2BECTB	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	Aquino Construções SA	70 121,52 €	Fase de recurso

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31/12/2022			31/12/2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.						
		1431.						
		41. Se MEP						
	Subtotais							
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	205 719,13 €		205 719,13 €	207 243,78 €		207 243,78 €
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		Clientes, contribuintes e utentes			- €			- €
		211 - Clientes c/c	60 577,29 €		60 577,29 €	57 575,22 €		57 575,22 €
		213 - Contribuintes	- €		- €	- €		- €
		214 - Utentes	1 188,01 €		1 188,01 €	2 359,67 €		2 359,67 €
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	58 634,88 €	- €	58 634,88 €	52 408,47 €	40 857,87 €	11 550,60 €
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	- €		- €	- €		- €
		24 - Estado e out.ent.públicos	97 066,71 €		97 066,71 €	105 745,14 €		105 745,14 €
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	407 346,16 €		407 346,16 €	308 733,36 €		308 733,36 €
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	- €		- €	- €		- €
		2772. 27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades	64 468,97 €		64 468,97 €	63 810,52 €		63 810,52 €
		11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	1 260 153,16 €		1 260 153,16 €	1 715 678,87 €		1 715 678,87 €
	41 Participações financeiras	58 035,15 €		58 035,15 €	519 420,39 €		519 420,39 €	
	Subtotais		2 213 189,46 €	- €	2 213 189,46 €	3 032 975,42 €	40 857,87 €	2 992 117,55 €
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							- €
		...						- €
	Subtotais							- €
Totais		2 213 189,46 €	- €	2 213 189,46 €	3 032 975,42 €	40 857,87 €	2 992 117,55 €	

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2022	31/12/2021
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	407 346,16 €	308 733,36 €
- Devedores por acréscimos de rendimentos	407 346,16 €	308 733,36 €
- Juros a receber e outros rendimentos financeiros	- €	- €
- Outros acréscimos de rendimentos	17 026,76 €	21 713,40 €
- Impostos e taxas imputados ao período - IMI	301 148,66 €	287 019,96 €
Operações financeiras	89 170,74 €	- €
Outros devedores	64 468,97 €	33 949,00 €
Devedores por alienação de ativos fixos	- €	- €
Outros devedores	64 468,97 €	33 949,00 €
Cauções - Entregues a terceiros	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €
- Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
Totais	471 815,13 €	342 682,36 €

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2023 e que reporta o exercício de 2022.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

Participações Financeiras				
	31/12/2022	Aumento	Redução	31/12/2021
Participações sociais				
FAM - Fundo de Apoio Municipal	257 904,00 €			257 904,00 €
Outras participações de capital	261 469,00 €	- €		261 469,00 €
Títulos da dívida pública a médio e longo pr	47,39 €			47,39 €
TOTAIS	519 420,39 €	- €	- €	519 420,39 €

Passivos financeiros

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	405,00 €		405,00 €	7 793,40 €		7 793,40 €
		204 276 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	- €		- €	- €		
		218 - Adiantamento de clientes	77 905,51 €		77 905,51 €	- €		- €
		22 Fornecedores	49 479,50 €		49 479,50 €	128 084,85 €		128 084,85 €
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	2 530,97 €		2 530,97 €	2 226,39 €		2 226,39 €
		24 - Estado e out.ent.públicos	89 392,13 €		89 392,13 €	45 839,05 €		45 839,05 €
		271 - Fornecedores de investimentos	86 178,69 €		86 178,69 €	75 812,30 €		75 812,30 €
		2722 - Cred. por acréscimos	652 306,26 €		652 306,26 €	621 216,01 €		621 216,01 €
		.+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	46 618,75 €		46 618,75 €	98 038,95 €		98 038,95 €
		25 Financiamentos obtidos	513 271,67 €		513 271,67 €	702 811,72 €		702 811,72 €
		Subtotais	1 518 088,48 €		1 518 088,48 €	1 681 822,67 €		1 681 822,67 €
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			- €			
		...			- €			
		Subtotais			- €			
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			- €			
		...			- €			
		Subtotais			- €			
Totais		1 518 088,48 €		1 518 088,48 €	1 681 822,67 €		1 681 822,67 €	

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Passivo não corrente		
- Cauções	44 299,78 €	51 092,21 €
Cauções	44 299,78 €	51 092,21 €
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	565 618,82 €	503 545,82 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	1 788,65 €	1 692,37 €
- Outros acréscimos de gastos	84 898,79 €	115 977,82 €
- Outros devedores e credores por transferências e subsídios	- €	
- Credores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros credores	4 849,94 €	49 173,13 €
- Outros credores	4 849,94 €	49 173,13 €
Totais	701 455,98 €	721 481,35 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

O Município de Avis não detém participações em entidades que controla, não sendo por isso aplicável.

Na sequência do atrás referido, não é igualmente aplicável, a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

7.8. Outras Divulgações

Nota 21 – Rendimentos e ganhos

Q 21 Rendimentos e Ganhos		
RENDIMENTOS E GANHOS	2022	2021
70 Impostos, contribuições e taxas	773 660,35 €	668 733,54 €
71 Vendas	298 913,14 €	297 334,00 €
72 Prestações de serviços e concessões	765 739,13 €	677 847,29 €
73 Variações nos inventários da produção	- €	- €
74 Trabalhos para a própria entidade	- €	- €
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	6 384 261,14 €	5 995 090,65 €
76 Reversões	- €	- €
77 Ganhos por aumentos de justo valor	116 221,80 €	- €
78 Outros rendimentos	652 925,88 €	503 402,87 €
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	6 452,72 €	7 214,93 €
Totais	8 998 174,16 €	8 149 623,28 €

Durante o ano de 2022 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 8.998.174,16€.

Na comparabilidade nos períodos de 2022 e 2021, verifica-se um aumento de rendimentos e ganhos de cerca de 849 mil euros.

Nota 22 – Gastos e perdas

Durante o ano de 2022 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2022	2021
60 Transferências e subsídios concedidos	569 988,26 €	838 456,44 €
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	801 429,46 €	652 458,58 €
62 Fornecimentos e serviços externos	2 230 142,98 €	1 843 702,25 €
63 Gastos com o pessoal	4 341 782,18 €	3 932 867,13 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 638 998,05 €	2 654 613,41 €
65 Perdas por imparidade	- €	- €
66 Perdas por redução de justo valor	- €	- €
67 Provisões	70 121,52 €	- €
68 Outros gastos	422 209,45 €	530 340,38 €
69 Gastos por juros e outros encargos	13 724,41 €	25 384,08 €
Totais	11 088 396,31 €	10 477 822,27 €

Na comparabilidade nos períodos de 2022 e 2021, verifica-se aumento de gastos e perdas de cerca de 611 mil euros.

Nota 23 – Gastos com pessoal

Em 31/12/2022 o Município de Avis, tinha um total de 207 trabalhadores.

Q 23.1 Recursos Humanos		
Recursos humanos	2022	2021
Número de trabalhadores no final do período	207	185
Número médio de trabalhadores ao longo do período		
Idade média dos trabalhadores		
Antiguidade média dos trabalhadores		
Horas de formação totais		
Média de horas de formação por trabalhador		
Gastos com o pessoal	4 341 782,18 €	3 932 867,13 €
Gastos médios por trabalhador	20 974,79 €	21 258,74 €
VAB por trabalhador		
Taxa geral de absentismo		
Total de acidentes de trabalho		
Média de acidentes de trabalho por trabalhador		

Como já foi referido, verifica-se um aumento no total dos gastos com pessoal face ao ano 2021, resultando, nomeadamente da descentralização de competências da educação.

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	110 205,91 €	135 719,74 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	- €	- €
Remunerações do pessoal	3 232 097,80 €	2 951 887,74 €
Remuneração base	2 456 627,62 €	2 266 481,21 €
- Subsídios de férias	209 302,69 €	181 461,36 €
- Subsídios de Natal	194 579,14 €	173 844,98 €
- Despesas de representação	- €	- €
- Subsídio de refeição	205 794,82 €	188 954,01 €
- Gratificações	- €	- €
- Suplementos e prémios	- €	- €
- Outros suplementos	- €	- €
- Abonos variáveis ou eventuais	165 793,53 €	141 146,18 €
Pensões	4 295,26 €	1 414,52 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos s/ Remunerações	740 258,16 €	626 602,07 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	21 552,18 €	10 101,19 €
Gastos de ação social	- €	- €
Outros gastos com o pessoal	224 867,06 €	202 220,91 €
Outros encargos sociais	8 505,81 €	4 920,96 €
Totais	4 341 782,18 €	3 932 867,13 €

Nota 24 – Transferências e subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2022	2021
Transferências correntes concedidas		
- Associações de Municípios	27 028,00 €	47 680,54 €
- Freguesias	100 208,42 €	104 604,94 €
- Instituições sem fins lucrativos	248 610,43 €	262 540,55 €
- Famílias	43 152,40 €	62 510,13 €
- Outras	5 418,54 €	5 418,54 €
- Prestações sociais	- €	29 737,45 €
Subtotal	424 417,79 €	512 492,15 €
Transferências capital concedidas		
- Associações de Municípios	32 263,10 €	- €
- Freguesias	78 307,37 €	155 964,29 €
- Instituições sem fins lucrativos	35 000,00 €	170 000,00 €
- Famílias	- €	- €
Subtotal	145 570,47 €	325 964,29 €
Totais	569 988,26 €	838 456,44 €

Constata-se uma diminuição face a 2021, no valor de cerca de 269 mil euros. Esta variação prende-se sobretudo com o facto de em 2021 o Município ter transferido verba para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Avisenses para aquisição de viaturas.

Nota 26 – Depreciações

O total de depreciações do exercício foi de 2.638.998,05€.

Depreciações e Amortizações	2022	2021
Bens do domínio público	6 758,40 €	6 758,40 €
Bens do domínio público	2 091 573,17 €	2 117 914,68 €
Edifícios e outras construções	264 074,25 €	270 203,02 €
Equipamento básico	72 280,35 €	58 084,43 €
Equipamento de transporte	137 263,80 €	129 558,74 €
Equipamento administrativo	20 775,63 €	20 429,41 €
Outros ativos fixos tangíveis	12 999,20 €	15 079,45 €
Ativos intangíveis	33 273,25 €	36 585,28 €
Totais	2 638 998,05 €	2 654 613,41 €

Nota 27 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2022, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos		2022	2021
621	Subcontratos e parcerias	468 077,26 €	502 655,29 €
	- Serviços de alojamento e restauração	38 528,25 €	- €
	- Serviços de Saneamento básico	203 720,16 €	207 694,92 €
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	- €	- €
	- Tecnologias de informação e comunicação	- €	- €
	- Água - Abastecimento Público	- €	- €
	- Espaços de desporto cultura e lazer	- €	- €
	- Limpeza Urbana	- €	- €
	- Iluminação Pública	59 067,03 €	123 900,81 €
	- Transportes Escolares	60 583,08 €	50 738,25 €
	- Trnsportes outros	- €	- €
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	- €	- €
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	- €	- €
	- Outros	106 178,74 €	120 321,31 €
622	Serviços especializados	1 024 628,15 €	781 204,46 €
	- Trabalhos especializados	773 033,72 €	588 505,54 €
	- Publicidade comunicação e imagem	5 382,48 €	369,00 €
	- Vigilância e segurança	100 059,85 €	96 700,09 €
	- Honorários	53 576,34 €	32 356,86 €
	- Comissões	24 488,27 €	15 470,27 €
	- Conservação e reparação	68 087,49 €	47 802,70 €
	- Outros serviços especializados	- €	- €
623	Materiais de consumo	97 595,50 €	62 872,14 €
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	- €	- €
	- Livros e documentação técnica	87,40 €	- €
	- Material de escritório	35 988,01 €	13 353,31 €
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	16 773,86 €	4 982,49 €
	- Material de educação cultura e recreio	853,59 €	30,00 €
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pes	37 855,12 €	23 101,44 €
	- Medicamentos e artigos para a saúde	6 037,52 €	18 741,94 €
	- Produtos químicos e de laboratórios	- €	- €
	- Outros fornecimentos e serviços	- €	2 662,96 €
624	Energia e fluídos	39 166,60 €	166 241,07 €
	- Electricidade	39 061,60 €	163 265,84 €
	- Combustíveis e lubrificantes	105,00 €	2 975,23 €
	- Água	- €	- €
	- Outros	- €	- €
625	Deslocações, estadas e transportes	19 472,51 €	20 317,78 €
	- Deslocações e estadas	11 012,14 €	7 707,53 €
	- Transportes de pessoal	- €	- €
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	2 192,48 €	1 018,63 €
	- Outros	6 267,89 €	11 591,62 €
626	Serviços diversos	581 202,96 €	310 411,51 €
	- Rendas e alugueres	322 620,84 €	146 643,47 €
	- Comunicação	21 308,01 €	16 076,73 €
	- Seguros	40 458,34 €	37 316,84 €
	- Contencioso e notariado	- €	- €
	- Despesas de representação dos serviços	314,40 €	690,15 €
	- Limpeza, higiene e conforto	127 009,33 €	50 908,28 €
	- Outros serviços	69 492,04 €	58 776,04 €
	- Fornecimentos e serviços diversos	- €	- €
Totais		2 230 142,98 €	1 843 702,25 €

Nota 29 – Diferimentos

Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	31 998,65 €	31 460,65 €
Outros gastos a reconhecer	37 113,27 €	63 038,05 €
Totais	69 111,92 €	94 498,70 €

Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos a reconhecer	1 204 107,30 €	1 178 104,13 €
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	1 204 107,30 €	1 178 104,13 €
- FEDER	1 204 107,30 €	1 178 104,13 €
- Outros	- €	- €
Totais	1 204 107,30 €	1 178 104,13 €

Nota 30 – Alterações do património líquido

Rubricas	01/01/2022	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2022
51 - Património	65 413 899,17 €								65 413 899,17 €
55 - Reservas	- €	- €	- €	- €				- €	- €
- Reservas legais	- €								- €
- Constituição Loteamentos									- €
- Cedências a título gratuito									- €
- Transferências de outras entidades									- €
56 - Resultados transitados	- 28 942 159,28 €	- €	- 8 122,22 €	- 2 328 198,99 €	- €		- €	365 278,79 €	- 30 913 201,70 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	- 25 725 925,39 €			- 2 328 198,99 €					- 28 054 124,38 €
- Resultados transitados Regularizações	- €							365 278,79 €	365 278,79 €
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	- €								- €
- Ajustamentos de reorganização de operações	- 3 216 233,89 €		- 8 122,22 €						- 3 224 356,11 €
- Alteração de políticas contabilísticas	- €								- €
57 - Ajust. em ativos financeiros	- €							- €	- €
- Relacionados com o MEP									- €
59 - Outras variações no património líquido	8 868 697,21 €	- €	- €		- €			- €	9 365 966,83 €
- Transferências e subsídios de capital	6 598 031,21 €	- €	- €		- €			- €	6 530 661,95 €
- Ativos depreciables	6 509 715,79 €					67 369,26 €			6 442 346,53 €
- Ativos não depreciables	88 315,42 €							- €	88 315,42 €
- Outras transferências, sub.capital								- €	2 648 234,88 €
- FEF Capital	1 007 435,31 €					655 544,16 €			1 662 979,47 €
- Artº 35º, n.º 3, Lei n.º 73/2013	1 076 160,69 €					90 905,28 €			985 255,41 €
- Doações obtidas	187 070,00 €								187 070,00 €
- Transferências de ativos									
818 - Resultados líquido do exercício	- 2 328 198,99 €			- €	- €		- 2 090 222,15 €		- 2 090 222,15 €
TOTAL	43 012 238,11 €	- €	- 8 122,22 €		- €		- 2 090 222,15 €	365 278,79 €	41 776 442,15 €

As variações no património líquido no exercício de 2022, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2021, resultados transitados negativos no valor de 2.328.198,99€;
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2022, (-2.090.222,15€) cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Reconhecimento da imputação a resultados das transferências e subsídios de capital atribuídas a ativos depreciables;
4. Reconhecimento das transferências de capital, resultantes do FEF de Capital e n.º 3, do artigo 35º da Lei n.º 73/2013.

8. Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Dadas as limitações ainda existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível de recursos humanos e técnicos, o Município de Avis apenas cumpriu parcialmente os requisitos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, sem dados consistentes para análise.

9. Anexo às Demonstrações Orçamentais

9.1. DDORC – Demonstração de Desempenho Orçamental

Rubrica	Designação	Fontes de Financiamento (2022)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior	1 381 906,91 €		276 193,24 €		57 578,72 €	1 715 678,87 €	2 269 443,75 €
	Operações orçamentais [1]	1 381 906,91 €		276 193,24 €			1 658 100,15 €	2 206 722,52 €
	Operações de tesouraria [A]					57 578,72 €	57 578,72 €	62 721,23 €
	Receita corrente	8 098 848,63 €		12 616,23 €			8 111 464,86 €	7 627 123,02 €
R1	Receita fiscal - Impostos diretos	645 563,71 €					645 563,71 €	652 507,65 €
R11	Impostos diretos	645 563,71 €					645 563,71 €	652 507,65 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	66 494,75 €					66 494,75 €	41 059,54 €
R4	Rendimentos de propriedade	288 574,89 €					288 574,89 €	276 012,59 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 398 823,39 €		12 616,23 €			6 411 439,62 €	6 062 785,59 €
R51	Transferências correntes	6 398 823,39 €		12 616,23 €			6 411 439,62 €	6 062 785,59 €
R511	Administrações Públicas	6 398 823,39 €		12 616,23 €			6 411 439,62 €	6 062 785,59 €
R5111	Administração Central - Estado Português	6 295 355,31 €		12 616,23 €			6 307 971,54 €	5 936 422,20 €
R5112	Administração Central - Outras entidades	103 468,08 €					103 468,08 €	126 363,39 €
R6	Venda de bens e serviços	685 001,65 €					685 001,65 €	578 922,31 €
R7	Outras receitas correntes	14 390,24 €					14 390,24 €	15 835,34 €
	Receita de capital	838 130,87 €		555 879,34 €			1 394 010,21 €	1 925 382,94 €
R8	Venda de bens de investimento	68 995,87 €					68 995,87 €	85 229,02 €
R9	Transferências e subsídios de capital	769 135,00 €		555 879,34 €			1 325 014,34 €	1 840 153,92 €
R91	Transferências de capital	769 135,00 €		555 879,34 €			1 325 014,34 €	1 840 153,92 €
R911	Administrações Públicas	769 135,00 €		555 879,34 €			1 325 014,34 €	1 840 153,92 €
R9111	Administração Central - Estado Português	769 135,00 €		334 927,20 €			1 104 062,20 €	1 793 841,11 €
R9112	Administração Central - Outras entidades			220 952,14 €			220 952,14 €	46 312,81 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	9 007,81 €					9 007,81 €	4 864,09 €
	Receita efetiva [2]	8 945 987,31 €		568 495,57 €			9 514 482,88 €	9 557 370,05 €
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	10 327 894,22 €		844 688,81 €			11 172 583,03 €	11 764 092,57 €
	Operações de tesouraria [B]					37 457,70 €	37 457,70 €	104 519,28 €
	Despesa corrente	7 524 584,84 €		170 394,02 €			7 694 978,86 €	6 875 904,83 €
D1	Despesas com o pessoal	4 079 522,84 €		16 045,83 €			4 095 568,67 €	3 828 000,95 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	3 021 472,42 €		14 421,10 €			3 035 893,52 €	2 867 524,13 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	138 023,03 €					138 023,03 €	100 238,10 €
D13	Segurança social	920 027,39 €		1 624,73 €			921 652,12 €	860 238,72 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 780 912,59 €		146 236,85 €			2 927 149,44 €	2 415 195,11 €
D3	Juros e outros encargos	13 706,30 €					13 706,30 €	16 235,42 €
D4	Transferências e subsídios correntes	559 761,84 €					559 761,84 €	526 213,88 €
D41	Transferências correntes	461 106,84 €					461 106,84 €	477 095,18 €
D411	Administrações Públicas	126 562,59 €					126 562,59 €	122 823,15 €
D4115	Administração Local	126 562,59 €					126 562,59 €	122 823,15 €
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	248 610,43 €					248 610,43 €	262 540,55 €
D413	Famílias	80 515,28 €					80 515,28 €	86 312,94 €
D414	Outras	5 418,54 €					5 418,54 €	5 418,54 €
D42	Subsídios Correntes	98 655,00 €					98 655,00 €	49 118,70 €
D5	Outras despesas correntes	90 681,27 €		8 111,34 €			98 792,61 €	90 259,47 €
	Despesa de capital	1 694 170,73 €		379 170,95 €			2 073 341,68 €	2 994 459,29 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 540 166,03 €		379 170,95 €			1 919 336,98 €	2 646 826,07 €
D7	Transferências e subsídios de capital	154 004,70 €					154 004,70 €	347 633,22 €
D71	Transferências de capital	154 004,70 €					154 004,70 €	347 633,22 €
D711	Administrações Públicas	119 004,70 €					119 004,70 €	177 633,22 €
D7115	Administração Local	119 004,70 €					119 004,70 €	177 633,22 €
D712	Entidades do Setor não Lucrativo	35 000,00 €					35 000,00 €	170 000,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	189 533,36 €					189 533,36 €	235 628,30 €
	Soma [7] = [5] + [6]	9 408 288,93 €		549 564,97 €			9 957 853,90 €	10 105 992,42 €
	Operações de tesouraria [C]					49 612,39 €	49 612,39 €	109 661,79 €
	Saldo para a gerência seguinte	919 605,29 €		295 123,84 €		45 424,03 €	1 260 153,16 €	1 715 678,87 €
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	919 605,29 €		295 123,84 €			1 214 729,13 €	1 658 100,15 €
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					45 424,03 €	45 424,03 €	57 578,72 €
	Saldo global [2] - [5]	-272 768,26 €		18 930,60 €			-253 837,66 €	-312 994,07 €
	Despesa primária	9 205 049,27 €		549 564,97 €			9 754 614,24 €	9 854 128,70 €
	Saldo corrente	574 263,79 €		-157 777,79 €			416 486,00 €	751 218,19 €
	Saldo de capital	-856 039,86 €		176 708,39 €			-679 331,47 €	-1 069 076,35 €
	Saldo primário	-259 061,96 €		18 930,60 €			-240 131,36 €	-296 758,65 €
	Receita total [1] + [2] + [3]	10 327 894,22 €		844 688,81 €			11 172 583,03 €	11 764 092,57 €
	Despesa total [5] + [6]	9 408 288,93 €		549 564,97 €			9 957 853,90 €	10 105 992,42 €

O Município de Avis iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 1.715.678,87€ e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 1.260.153,16€, dos quais 1.214.729,15€ de saldo orçamental e 45.424,03€ de operações de tesouraria.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 11.172.583,03€ e a despesa ascendeu a 9.957.853,90€.

9.2. DODES – Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa

Rubrica	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de Execução Orçamental
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6) + (7)	(9) = (4) - (5)	(10) = (5) - (8)	
	Despesa corrente	174 625,69 €	8 585 618,69 €		8 414 061,45 €	7 814 365,18 €	151 694,17 €	7 543 284,69 €	7 694 978,86 €	599 696,27 €	119 386,32 €	87,86
D1	Despesas com o pessoal	43 272,52 €	4 250 279,37 €		4 203 589,85 €	4 187 103,83 €	43 272,52 €	4 052 296,15 €	4 095 568,67 €	16 486,02 €	91 535,16 €	95,34
D2	Aquisição de bens e serviços	127 263,23 €	3 577 235,37 €		3 491 625,11 €	2 954 185,50 €	104 331,71 €	2 822 817,73 €	2 927 149,44 €	537 439,61 €	27 036,06 €	78,91
D3	Juros e outros encargos		14 444,20 €		13 706,30 €	13 706,30 €		13 706,30 €	13 706,30 €			94,89
D4	Transferências e subsídios correntes	375,00 €	635 949,43 €		604 502,83 €	560 259,84 €	375,00 €	559 386,84 €	559 761,84 €	44 242,99 €	498,00 €	87,96
D5	Outras despesas correntes	3 714,94 €	107 710,32 €		100 637,36 €	99 109,71 €	3 714,94 €	95 077,67 €	98 792,61 €	1 527,65 €	317,10 €	88,27
	Despesa de capital	83 265,70 €	4 391 011,31 €		4 339 000,79 €	2 372 669,73 €	38 857,17 €	2 224 017,87 €	2 262 875,04 €	1 966 331,06 €	109 794,69 €	50,65
D6	Aquisição de bens de capital	75 472,30 €	3 988 061,31 €		3 955 341,37 €	2 029 131,67 €	33 981,98 €	1 885 355,00 €	1 919 336,98 €	1 926 209,70 €	109 794,69 €	47,28
D7	Transferências e subsídios de capital	7 793,40 €	203 190,00 €		194 126,06 €	154 004,70 €	4 875,19 €	149 129,51 €	154 004,70 €	40 121,36 €		73,39
D8	Outras despesas de capital		10 100,00 €									
D9	Despesa com ativos financeiros											
D10	Despesa com passivos financeiros		189 660,00 €		189 533,36 €	189 533,36 €		189 533,36 €	189 533,36 €			99,93
	Total:	257 891,39 €	12 976 630,00 €		12 753 062,24 €	10 187 034,91 €	190 551,34 €	9 767 302,56 €	9 957 853,90 €	2 566 027,33 €	229 181,01 €	75,27

O grau de execução é de 75,27% do previsto em orçamento. Transita o valor de 2.566.027,33€ em compromissos e 229.181,01€ em obrigações por pagar.

9.3. DOREC – Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas				Receita por cobrar no final do período	Grau de Execução Orçamental
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5) - (7)	(11)		
	Receita corrente	8 749 098,61 €	192 039,97 €	8 189 637,82 €	109 476,16 €	8 170 614,44 €	60 149,58 €	59 149,58 €	107 595,28 €	8 003 869,58 €	8 111 464,86 €	160 736,77 €	91,48	
R1	Receita fiscal	645 710,00 €		701 171,38 €	55 607,67 €	701 171,38 €	55 607,67 €	55 607,67 €		645 563,71 €	645 563,71 €		99,98	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	80 871,00 €	5 137,23 €	69 819,32 €	673,15 €	66 958,93 €	464,18 €	464,18 €	1 132,28 €	65 362,47 €	66 494,75 €	7 788,65 €	80,82	
R4	Rendimentos de propriedade	374 480,00 €	63 810,52 €	293 080,00 €	3 081,26 €	290 074,89 €	2 500,00 €	1 500,00 €	63 810,52 €	224 764,37 €	288 574,89 €	65 234,37 €	60,02	
R5	Transferências e subsídios correntes	6 633 911,61 €	43 890,33 €	6 411 439,62 €	43 890,33 €	6 411 439,62 €				6 411 439,62 €	6 411 439,62 €		96,65	
R6	Venda de bens e serviços	989 929,00 €	79 178,53 €	699 614,71 €	6 101,20 €	686 456,83 €	1 455,18 €	1 455,18 €	42 652,48 €	642 349,17 €	685 001,65 €	87 690,39 €	64,89	
R7	Outras receitas correntes	24 197,00 €	23,36 €	14 512,79 €	122,55 €	14 512,79 €	122,55 €	122,55 €		14 390,24 €	14 390,24 €	23,36 €	59,47	
	Receita de capital	2 549 231,24 €	189 319,04 €	1 577 559,89 €	141 409,00 €	1 535 419,21 €	141 409,00 €	141 409,00 €	6 354,13 €	1 387 656,08 €	1 394 010,21 €	231 459,72 €	54,43	
R8	Venda de bens de investimento	111 200,00 €	225,00 €	68 770,87 €		68 995,87 €			225,00 €	68 770,87 €	68 995,87 €		61,84	
R9	Transferências e subsídios de capital	2 438 031,24 €	189 094,04 €	1 508 789,02 €	141 409,00 €	1 466 423,34 €	141 409,00 €	141 409,00 €	6 129,13 €	1 318 885,21 €	1 325 014,34 €	231 459,72 €	54,10	
R91	Transferências de capital	2 438 031,24 €	189 094,04 €	1 508 789,02 €	141 409,00 €	1 466 423,34 €	141 409,00 €	141 409,00 €	6 129,13 €	1 318 885,21 €	1 325 014,34 €	231 459,72 €	54,10	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 200,00 €		9 007,81 €		9 007,81 €				9 007,81 €	9 007,81 €		44,59	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	1 658 100,15 €		1 658 100,15 €		1 658 100,15 €				1 658 100,15 €	1 658 100,15 €		100,00	
	Total:	12 976 630,00 €	381 359,01 €	11 434 305,67 €	250 885,16 €	11 373 141,61 €	201 558,58 €	200 558,58 €	113 949,41 €	11 058 633,62 €	11 172 583,03 €	392 196,49 €	85,22	

A receita do exercício situou-se em 85,22%, cumprindo as imposições legais.

9.4. DTAS – Dívidas a Terceiros Pro Antiguidade de Saldos

Designação	Passivo	Divida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em n dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa			
		Curto prazo	Médio/Longo prazo	<90	[90-180]	[180-365]	>365			Curto prazo	Médio/Longo prazo	SOMA	
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]			[E]=[2]+3+4+D	[F]=[A]+[C]	[G]=[B]	[H]=[F]+[G]
Despesas correntes	119 386,32 €	118 591,15 €		795,17 €						119 386,32 €	119 386,32 €		
Despesas de pessoal	43 762,09 €	43 573,09 €		189,00 €						43 762,09 €	43 762,09 €		
Remunerações certas e permanentes	40 130,82 €	39 941,82 €		189,00 €						40 130,82 €	40 130,82 €		
Abonos variáveis ou eventuais	3 631,27 €	3 631,27 €								3 631,27 €	3 631,27 €		
SS - Encargos com saúde													
ADSE e outros da AP													
Outros sectores fora da AP													
SS - Contribuições de segurança social	47 773,07 €	47 773,07 €								47 773,07 €	47 773,07 €		
CGA	21 104,81 €	21 104,81 €								21 104,81 €	21 104,81 €		
Segurança social - Regime geral	26 668,26 €	26 668,26 €								26 668,26 €	26 668,26 €		
Outras													
SS - Outras													
SS - Outras													
Aquisições de bens e serviços	27 036,06 €	26 435,93 €		600,13 €						27 036,06 €	27 036,06 €		
Aquisições de bens e serviços	27 036,06 €	26 435,93 €		600,13 €						27 036,06 €	27 036,06 €		
Juros e outros encargos													
Juros e outros encargos													
Transferências correntes	498,00 €	498,00 €								498,00 €	498,00 €		
Administrações públicas	33,00 €	33,00 €								33,00 €	33,00 €		
Outras transferências correntes	465,00 €	465,00 €								465,00 €	465,00 €		
Subsídios													
Subsídios													
Outras despesas correntes	317,10 €	311,06 €		6,04 €						317,10 €	317,10 €		
Outras despesas correntes	317,10 €	311,06 €		6,04 €						317,10 €	317,10 €		
Despesas de capital	109 794,69 €	88 304,37 €					41 490,32 €	41 490,32 €		109 794,69 €	109 794,69 €		
Aquisições de bens de capital	109 794,69 €	88 304,37 €					41 490,32 €	41 490,32 €		109 794,69 €	109 794,69 €		
Aquisições de bens de capital	109 794,69 €	88 304,37 €					41 490,32 €	41 490,32 €		109 794,69 €	109 794,69 €		
Transferências de capital													
Administrações Públicas													
Outras transferências de capital													
Aquisição de ativos financeiros													
Aquisição de ativos financeiros													
Reembolsos de passivos financeiros													
Reembolsos de passivos financeiros													
Outras despesas de capital													
Outras despesas de capital													
TOTAL	229 181,01 €	186 895,52 €		795,17 €			41 490,32 €	41 490,32 €		229 181,01 €			229 181,01 €

O mapa do DTAS dívida a terceiros, por antiguidade de saldos apresenta uma dívida de 229.181,01€, dos quais 41.490,32€ superior a 180 dias por motivo não imputável ao Município.

De referir que a aplicação SNC-AP não considera para este mapa o valor dos financiamentos (empréstimos) já que apenas imputa estes valores quando são emitidas as respetivas obrigações para processar as prestações.

9.5. DEPMI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Designação do projeto	Grupo de Fontes de Financiamento				Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %
		R G	R P	U E	EMPR	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total	
[1]	[3]	[6]	[7]	[8]	[9]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	
1	Funções gerais		192 609,28 €	9 100,00 €		201 709,28 €	1 136 000,00 €	1 337 709,28 €	365 264,47 €	125 669,79 €	490 934,26 €	62,30
1.1.	Serviços gerais de administração pública		189 309,28 €	9 100,00 €		198 409,28 €	1 136 000,00 €	1 334 409,28 €	312 460,68 €	123 451,08 €	435 911,76 €	62,22
1.2.	Segurança e ordem públicas		3 300,00 €			3 300,00 €		3 300,00 €	52 803,79 €	2 218,71 €	55 022,50 €	67,23
2	Funções sociais		1 611 473,67 €	1 031 353,36 €		2 642 827,03 €	11 134 423,81 €	13 777 250,84 €	1 320 907,20 €	1 395 636,84 €	2 716 544,04 €	52,81
2.1.	Educação		31 500,00 €	248 784,16 €		280 284,16 €	6 180 423,81 €	6 460 707,97 €		35 424,00 €	35 424,00 €	12,64
2.3.	Segurança e acção sociais		538 221,00 €	475 200,00 €		1 013 421,00 €	471 000,00 €	1 484 421,00 €	308 892,03 €	648 499,33 €	957 391,36 €	63,99
2.4.	Habituação e serviços colectivos		677 612,67 €	75 557,20 €		753 169,87 €	2 883 000,00 €	3 636 169,87 €	830 562,08 €	353 296,85 €	1 183 858,93 €	46,91
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos		364 140,00 €	231 812,00 €		595 952,00 €	1 600 000,00 €	2 195 952,00 €	181 453,09 €	358 416,66 €	539 869,75 €	60,14
3	Funções económicas		51 990,20 €	128 247,80 €		180 238,00 €	2 196 754,27 €	2 376 992,27 €	479 909,30 €	141 818,07 €	621 727,37 €	78,68
3.2.	Indústria e energia		2 000,00 €	1 000,00 €		3 000,00 €	160 000,00 €	163 000,00 €	34 919,05 €		34 919,05 €	
3.3.	Transportes e comunicações		69 565,20 €	99 138,80 €		168 704,00 €	1 521 754,27 €	1 690 458,27 €	444 990,25 €	134 112,12 €	579 102,37 €	79,50
3.4.	Comércio e turismo		19 575,00 €	28 109,00 €		8 534,00 €	1 000,00 €	9 534,00 €		7 705,95 €	7 705,95 €	90,30
3.5.	Outras funções económicas						514 000,00 €	514 000,00 €				
4	Outras funções			963 287,00 €		963 287,00 €			76 013,60 €	256 212,28 €	332 225,88 €	26,60
4.2.	Transferências entre administrações			963 287,00 €		963 287,00 €			76 013,60 €	256 212,28 €	332 225,88 €	26,60
	Total:		1 856 073,15 €	2 131 988,16 €		3 988 061,31 €	14 467 178,08 €	18 455 239,39 €	2 242 094,57 €	1 919 336,98 €	4 161 431,55 €	48,13

O mapa de desempenho do plano plurianual de investimentos apresenta uma percentagem de execução face ao previsto de 48,13%.

9.6. Operações de Tesouraria

CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	57 578,72 €	37 457,70 €	49 612,39 €	45 424,03 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	57 578,72 €	37 457,70 €	49 612,39 €	45 424,03 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	51 092,21 €	34 365,63 €	41 158,06 €	44 299,78 €
07.1.6	07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP / Retenções - Transição para o SNC-AP	4 063,98 €	2 674,32 €	8 454,33 €	-1 716,03 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	2 422,53 €	417,75 €		2 840,28 €
TOTAL			57 578,72 €	37 457,70 €	49 612,39 €	45 424,03 €

Avis, abril de 2023